

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizadores)

ARQUITETURA E URBANISMO EM EVOLUÇÃO

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

 **Atena**
Editora
Ano 2024

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizadores)

ARQUITETURA E URBANISMO EM EVOLUÇÃO

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

 **Atena**
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Arquitetura e urbanismo em evolução: tendências e desafios

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
A772	Arquitetura e urbanismo em evolução: tendências e desafios / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2184-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.849241602 1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título. <div style="text-align: right;">CDD 720</div>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Confesso que quando recebi a proposta para a organização do livro **Arquitetura e urbanismo em evolução: tendências e desafios**, da Atena Editora, fiquei bastante inquieto e pensativo. No senso comum a *evolução* sugere o “melhoramento”, o “desenvolvimento”, o “aprimoramento”, um “andar para frente”, em “linha reta e crescente”. Em síntese, no senso comum a palavra *evolução* é carregada de sentido positivado.

A origem desse sentido largamente divulgado e replicado nas e pelas sociedades ocidentais remonta ao positivismo da segunda metade do século 19, que invadiu boa parte do século 20, seja no pensamento filosófico, nas concepções científicas ou nas práticas e discursos políticos. Estipulava-se, neste quase um século, uma compreensão de que a natureza humana e a sociedade eram regidas por leis históricas, cujo quadro era pintado com fortes pinceladas previamente determinadas. Além disso, um cientificismo absoluto seria o caminho a ser trilhado rumo a este horizonte sempre crescente e contínuo.

Ora, chegamos à primeira quarta parte do século 21 e a história não nos permite continuar afirmando que o destino da humanidade é belo, ordeiro, feliz e regido por leis que o determinam. Essa compreensão só retira de homens e mulheres a capacidade moral de julgar seus atos, situações e história. Impede também que estes mesmos homens e mulheres mudem o curso das histórias individual e coletiva, já que, como empreendido no sentido estabelecido por essa vã filosofia, elas estão traçadas, determinadas, e só aguardam o curso do tempo dos acontecimentos para serem escritas e, enfim, registradas.

Por outro lado, se olharmos para o trato de pesquisadores e cientistas críticos, mesmo os contemporâneos ao período hegemônico do positivismo, reconheceremos o termo *evolução* no sentido de caminho trilhado, sempre olhado em retrospecto, em boa parte despido de sentido positivado e atento às evidências. Em síntese, para estes cientistas e pesquisadores *evolução* dizia respeito ao processo histórico e seus condicionantes que nos trouxeram ao estado atual das coisas.

Se observarmos os dois subtítulos deste livro, observaremos a libertação do sentido de *evolução* estabelecido no senso comum. A palavra *tendência* não pode ser, em ambiente acadêmico, derivada de modismos frívolos e aquecidos pelos ciclos de produção e reprodução de mercadorias estabelecidos pelo mercado e pelo capital, mas deve ser, sempre, carregada de boa dose de história, com generosas pitadas de crítica. Já a palavra *desafios* retira o tom determinista da palavra *evolução*, e devolve a homens e mulheres, a reflexão sobre o estado atual das coisas, como nos posicionar diante delas e *quais caminhos são possíveis* para enfrentá-los.

O conjunto de seis capítulos que perfazem este livro apresenta uma pequena fração dos desafios e tendências atuais para a Arquitetura e Urbanismo: a implantação e expansão da extensão universitária curricularizada, junto a ela a preocupação com a educação e formação profissional; as preocupações e mitigação dos impactos ambientais no ambiente urbano; a humanização de espaços; a democratização, aprimoramento e aprofundamento das tecnologias digitais aos processos de produção arquitetônica, a pós-ocupação e o patrimônio.

Assim sendo, estimo às leitoras e leitores uma excelente apreciação deste conjunto, que nos ajudará a olhar para o futuro a partir das práticas aqui narradas e a enxergar parte das tendências e desafios impostos pela história à Arquitetura e Urbanismo e a seus profissionais.

Pedro Henrique Máximo Pereira

CAPÍTULO 1 1**CONTRIBUIÇÕES ARQUITETÔNICAS PARA A HUMANIZAÇÃO DE ABRIGOS INSTITUCIONAIS**

Aline Eyng Savi
Marta Dischinger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8492416021>

CAPÍTULO 2 10**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, SP**

C. A. Santilli
E. L. Abreu
R. B. Peres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8492416022>

CAPÍTULO 324**ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PROJETO-PADRÃO E EDIFÍCIO ESCOLAR IMPLANTADO, NA PERSPECTIVA DA ADAPTAÇÃO E PREVENÇÃO À COVID-19: UNIDADE ESCOLAR PROF.^a JÚLIA MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA EM LAGARTO, SERGIPE**

Andréa dos Reis Fontes
Maria Isabel Imbronito

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8492416023>

CAPÍTULO 438**METAVERSOS SENSÍVEIS PARTICIPATIVOS: REGISTRO DA PAISAGEM CULTURAL/UNESCO**

Dinah Tereza Papi de Guimaraens
Adolfo Bartolome Ibañez Vila
Breno Platais Brasil Teixeira
José Antonio Hoyuela Jayo
Valeria Lins do Rego Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8492416024>

CAPÍTULO 555**REFLEXÕES SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO-MUSICAL DO CORO INFANTOJUVENIL TONS E CORES**

Rogério de Brito Bergold
Simoni Antunes de Lima
Ronaldo da Silva
Carla Irene Roggenkamp

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8492416025>

CAPÍTULO 667
UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA PARA O ENSINO DE PROJETO NO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
Fabiola Marialva Marques Gilio
Eneida de Almeida
Renata Ferraz de Toledo
 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8492416026>

SOBRE O ORGANIZADOR77

ÍNDICE REMISSIVO78

CONTRIBUIÇÕES ARQUITETÔNICAS PARA A HUMANIZAÇÃO DE ABRIGOS INSTITUCIONAIS

Data de submissão: 05/01/2024

Data de aceite: 01/02/2024

Aline Eyng Savi

Universidade do Extremo Sul Catarinense
Criciúma – Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0002-6114-8725>

Marta Dischinger

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – Santa Catarina
<https://orcid.org/0000-0003-0790-155X>

RESUMO: O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.010/2009 definiram formas de atendimento, entre elas o abrigo institucional. O modelo é o mais comum no Brasil. Não priva a liberdade e salvaguarda a saúde, educação e moradia. Assiste ambos os gêneros entre zero e dezoito anos, em processo de adoção ou não. O processo deveria ser transitório, mas leva meses ou anos. A legislação controla a administração desse equipamento, contudo é generalista quanto ao ambiente construído. Este artigo teve como objetivo principal elencar atributos arquitetônicos com base no aporte teórico, para fomentar a construção de ambiência humanizada. Entendeu-se que ambiente construído influi na adaptação humana, e não adequado pode dificultar a execução de tarefas. E

ao promover a interação entre espaços, pessoas e atividades cria condições para uma vida confortável e facilitada durante o período de institucionalização, além de garantir a inclusão, tão almejada pela legislação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: atributos arquitetônicos, humanização, abrigo institucional.

ARCHITECTURAL CONTRIBUTIONS TO THE HUMANIZATION OF INSTITUTIONAL SHELTERS

ABSTRACT: The Child and Adolescent Statute and Law No. 12,010/2009 defined forms of care, including institutional shelter. The model is the most common in Brazil. It does not deprive freedom and safeguards health, education and housing. It assists both genders between zero and eighteen years old, whether in the adoption process or not. The process should be transitory, but it takes months or years. Legislation controls the administration of this service, however it is general regarding the built environment. This article sought to list architectural attributes based on theoretical support, understood as promoting the construction of a humanized environment. It

was understood that the built environment influences human adaptation, and an inadequate architecture can make it difficult to perform simple tasks. And promoting interaction between spaces, people and activities creates conditions for a comfortable and facilitated life during the period of institutionalization, in addition to guaranteeing inclusion, so desired by Brazilian legislation.

KEYWORDS: architectural attributes, humanization, institutional shelter.

INTRODUÇÃO

No Brasil, há aproximadamente 31 mil crianças e adolescentes em situação de abandono, conforme o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), e em média oito crianças são abandonadas por dia no país (SNA, 2023).

Diante da legislação brasileira que defende esta causa, destaca-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que propõe inúmeras ações, entre elas as instituições de abrigo.

O modelo acolhe ambos os gêneros, entre zero e dezoito anos incompletos, em processo de adoção ou não, com ou sem família próxima ou estendida. Não implica em reclusão e salvaguarda o direito à saúde, educação e moradia. O motivo para a institucionalização é variado, mas relaciona-se frequentemente, ao quadro de vulnerabilidade social.

O processo de acolhimento é um momento difícil, pois se deixa a família para viver sob a tutela do Estado. Essa situação deveria ser provisória, mas por diferentes razões, leva meses ou anos para terminar. Em média, 29% delas permanecem até 6 meses em acolhimento, 16,2% permanecem de 6 meses a 1 ano, 23,2% permanecem de 1 a 2 anos. E o restante, que corresponde a 31,3%, permanecem acima de 2 anos em situação de acolhimento, ultrapassando o tempo máximo permitido (que determina até 2 anos) (SNA, 2023).

As crianças e os adolescentes institucionalizados frequentemente peregrinam entre as casas de origem e as instituições. Algumas passam mais tempo institucionalizadas, do que nas suas famílias de origem. Dessa maneira, a instituição pode se transformar na única relação de habitar doméstico que se possui.

Essa situação expressa a inerente necessidade de se pensar atributos arquitetônicos que humanizem o ambiente construído, aproximando-o do habitar doméstico. Por essa razão, o presente artigo apresenta parte dos resultados da tese de doutorado do Programa Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina que buscou, com base no aporte teórico de humanização, traçar estratégias que corroborem para a apropriação ambiental do ser institucionalizado no abrigo.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Segundo os dados do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) referente ao mês de março de 2023, existem 31.537 crianças e adolescentes em situação de acolhimento no Brasil e 2.798 unidades de abrigos institucionais (a unidade mais comum).

Sobre o ambiente construído, as edificações na maioria são adaptadas para esta função, distribuídas em cerca de 100 metros quadrados, onde se objetiva o atendimento emergencial (saúde e alimentação). Tais instituições possuem variações no número de atendidos e, o ECA estipula que as instituições acolham, no máximo, 20 indivíduos entre crianças e adolescentes.

Esta arquitetura prioriza um ambiente coletivo para gerenciar serviços e organizações administrativas. A alimentação, manutenção das roupas e outras atividades diárias ocorrem frequentemente fora das instalações, como o recebimento de refeições prontas.

Na área privada, os quartos são partilhados e cada criança identifica a sua cama. Os banheiros costumam ser únicos e organizados de acordo com uma programação adequada a todos.

A área social costuma ser o maior espaço e é utilizada para brincar, estudar e receber visitantes. Desta forma, a atmosfera da área social, assim como muitos dos brinquedos e outras características do mundo infantil, busca apresentar ao visitante um ambiente onde as crianças vivam e possam experimentar o lúdico.

Além disso, os internos têm um baixo sentido de identificação com o ambiente porque, ao contrário de uma residência comum, em alguns ambientes (comumente as áreas de serviço) não são autorizados a entrar. Nesse tipo de arranjo, os internos raramente participam do cotidiano da casa.

Em resumo, devido à falta de apropriação ambiental, vínculos emocionais e atenção emocional da família, crianças e adolescentes em situação como esta podem apresentar: relacionamentos passivos ou conflitantes com as pessoas e com seus ambientes de vida (a instituição); além de déficits cognitivos, problemas de integração sensorial, dificuldade de processamento de linguagem na velocidade da fala, resultando em processos de aprendizagem prejudicados.

NOTAS TEÓRICAS

O conceito de humanização na Arquitetura refere-se à criação de espaços que atendam às necessidades e expectativas humanas, tanto físicas quanto emocionais. Essa abordagem busca promover o bem-estar e a qualidade de vida dos usuários dos espaços construídos, sejam eles indivíduos, grupos ou comunidades. Para investiga-lo, é necessário incluir uma abordagem sensível, com enfoque qualitativo.

Apoiando-se na fenomenologia da percepção, Thibaud (2004) tratava do assunto buscando o lugar do corpo na maneira de apreender o mundo. “A noção de ambiência se inscreve nesta perspectiva de *“embodiment”* para a qual nossas categorias conceituais não são dissociáveis de nossa atividade sensório-motora” (Thibaud, 2004, p. 146). O conceito aproxima-se da noção de lugar, abordada em pesquisas de Arquitetura, Geografia Humana e Filosofia. Todas tratam o espaço reconhecido como lugar, e os fatores para esse reconhecimento como materiais e imateriais, ambos componentes da ambiência humanizada.

Sob uma perspectiva holística, o ambiente construído e a sua apropriação acontecem através de atributos “objetivos e subjetivos” (Okamoto, 2002); e o significado da palavra habitar transcende o pragmatismo formal e utilitário de “ocupar”. O habitar doméstico responde assim, às necessidades físicas e psicossociais e pode ser dividido hierarquicamente como: abrigo, casa e lar.

O abrigo trata-se de proteção (Rapoport, 1976). A expressão “minha casa”, por sua vez, possui duas vertentes: a proteção contra o mundo exterior e o apego a um lugar como fator de identidade. A casa representa uma espécie de barreira às intromissões externas, porque limita e controla o número de interações e na sua construção, separa o mundo externo – inseguro e ameaçador – do interno – protegido (Fischer, 1994). A palavra lar corresponde a uma corruptela de lareira, que para o homem primitivo era elemento inseparável da habitação e permitia a reunião dos integrantes do clã familiar. O lar é, portanto, uma condição complexa que integra memórias construídas, rituais e rotinas, elementos quali-quantitativos, materiais e imateriais.

Na apropriação deste e de qualquer outro ambiente construído por crianças e adolescentes, há três características espaciais importantes. São elas: comportamentos espaciais restritos, manipulação e gradientes de desafio. Aqueles dizem respeito aos fatores físicos que limitam a maneira como um espaço é utilizado (e.g. localização de um ponto fixo de luz para leitura). A manipulação é referente à escala ambiental (antropometria), limitando o uso quando imprópria. Os gradientes de desafio acomodam os níveis de independência, impedindo que as pessoas se tornem oprimidas pela dificuldade na realização de atividades (e.g. ambiente informatizado) (Trancik; Evans, 1995).

Acerca das regras de uso, a aglomeração interfere diretamente no processo de interação de crianças. Evans (2006) afirma que níveis elevados de isolamento social acontecem quando há excessos de pessoas e/ou pequenas dimensões do ambiente construído. O processo de isolamento pode ocorrer entre os dez e doze anos em crianças que vivem com suas famílias, num processo de amadurecimento psicológico (Evans, 2006). Loo (1972) descobriu que os meninos reagem mais a superlotação do que as meninas. Os estudos sobre efeitos da aglomeração de Loo (1972) também, apontaram que características pessoais podem minimizar os impactos negativos da aglomeração residencial, especialmente quando há apoio interpessoal de pares e adultos.

Com base nisso, é possível afirmar que o ser institucionalizado dificilmente terá o entendimento de lar, mas a apropriação espacial da casa é possível. Para que a experiência de habitar doméstico se conclua, é necessário que o ambiente físico proporcione identidade com o cotidiano pessoal. Nessa direção, Norberg-Schulz (1985) afirma que o sentido de habitar acontece quando o espaço é organizado e há uma forma construída para qual posteriormente, serão atribuídos valores e significados. Ainda sobre a forma física, acredita-se que a ação de habitar representa códigos de usos e funções, significados e valores partilhados por seus habitantes.

ATRIBUTOS ARQUITETÔNICOS

Os atributos são apresentados junto às reflexões que propõem contextualizar o conceito, dar exemplo a partir de figuras e em alguns casos, propor recomendações mais concretas de projeto. O conjunto é uma parte dos resultados de pesquisa da tese de doutorado. Privilegiou-se aqui, os aspectos da ambiência interna.

Atributo 01: Presença de refúgios

A criança e o adolescente necessitam, em maior ou menor grau, de momentos de reclusão, com isolamento em ambientes escolhidos por preferência. Ressalva-se que tal postura não se aproxima da criação de “minimundos” (por exemplo um quarto temático), que podem significar a falta de referencial na realidade, pois tratam de alterações do ambiente construído e não da ambiência dos mesmos. Essa sensação pode ser conseguida considerando (Figura 01):

- O uso de variações de escalas nos ambientes (através do pé-direito ou de uma abertura por exemplo) ou no mobiliário (com o uso de um nicho);
- Ao compreender que o processo individual é tão ou mais complexo que o coletivo, é necessário que os refúgios conotem proteção, daí a importância de utilizar diferentes alturas de pé-direito, que promovam complexidade, variabilidade e especialmente sensação de aconchego.



Figura 01 - Exemplo de configuração de refúgio junto à parede e abertura.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Atributo 02: Personalização do ambiente

Personalizar é um importante mecanismo mediador de controle e redução do estresse, porque favorece a adaptação do espaço às características do indivíduo; e a habilidade de modificar e personalizar é de grande importância para o bem-estar das pessoas. Para atender a esse propósito, os ambientes devem apresentar:

- No setor social, é importante possuir pequenas referências visuais, que identifiquem o ambiente construído também como seu, mesmo que de predomínio coletivo, por exemplo: fotografias e trabalhos manuais;
- No setor íntimo, especialmente nos quartos, possuir mobiliário em que seja possível determinar posse e dessa maneira, manipula-los e conseqüente, personaliza-los é importante;
- O uso de espelhos para visualização da própria imagem em diferentes ambientes do abrigo.

Atributo 03: Gradientes de privacidade

O equilíbrio saudável entre o coletivo e o individual é importante no desenvolvimento da competência de interação social. Para atender a esse propósito, devem-se:

- No ambiente construído, determinar as áreas de preferência para se estar só ou em grupo, por exemplo atrás de um sofá, embaixo da mesa, nas camas, etc. Esses “abrigos” oferecem oportunidades para observar as atividades circunvizinhas sem participar;
- No setor íntimo, variar as escalas dos dormitórios, para o indivíduo, o pequeno-grupo e as atividades do grande-grupo, fornecendo o que é necessário para regular as interações sociais e incentivando as relações sociais, conforme características particulares dos usuários;

- O equilíbrio no uso de soluções entre plantas abertas e compartimentadas. O espaço flexível abaixa o nível da privacidade, conduzindo aos níveis elevados de distração. Já as plantas fechadas, restringem a criação de hierarquias espaciais para acomodar as necessidades de mudança das crianças e dos adolescentes.

Atributo 04: Gradientes de controle

Inerente ao desenvolvimento da competência, está a habilidade da criança e do adolescente de estarem no controle do ambiente construído, conduzindo aos sentimentos de realização e independência, e o contrário, podendo resultar na sensação de incapacidade.

Para tanto, o ambiente precisa de:

- Recursos físicos disponíveis no ambiente em concordância com a expectativa de uso, por exemplo: num quarto compartilhado, permitir controle de uso da luz através de iluminação indireta por abajur;
- Mobiliário de fácil manuseio que respeitem as diferentes variações ergonômicas;
- Uso dos ambientes internos e externos com autonomia para ir, vir e permanecer. A liberdade para se mover à vontade, sem esperar a hora de ir para a rua para realizar movimentos mais vigorosos ou para o quarto descansar, atribui controle (mesmo que relativo) das suas ações.

Atributo 05: Níveis de complexidade

Os ambientes com um nível apropriado de complexidade incentivam o desenvolvimento da competência, colocando crianças e adolescentes em experiências de aprendizagem. Os ambientes com clareza exagerada, logo se tornam desinteressantes e desfavoráveis pela falta de estímulos. Tanto a percepção, quanto a cognição necessitam de variedade e novidade (Figura 02). Para tanto, é preciso:

- Variedade de espaços internos e externos com a mistura de elementos visuais como elementos geométricos e texturas variadas;
- A interação (física e/ou visual) dos ambientes entre si e com a área externa para viabilizar a mudança de pontos de vista nos deslocamentos, nas atividades e nas relações de espaço e tempo.



Figura 02 - Exemplo de configuração espacial com diferentes gradientes de complexidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Atributo 06: Níveis de restauração

Ao explorar as suas capacidades recentemente adquiridas, as crianças e os adolescentes são suscetíveis ao cansaço mental - um estado que pode impedir o desenvolvimento adicional das habilidades. Os espaços restauradores, que provocam a imaginação, permitem que as crianças se afastem da atmosfera cotidiana, criando temas lúdicos em torno de lugares de observação (Figura 03). Assim:

- Nos setores íntimos e social, a ambiência dos ambientes internos deve possuir a maleabilidade de uso do mobiliário e artefatos, com o uso de tapetes, almofadas e diferentes cores e texturas.

Para concluir, estima-se que esses atributos possam traduzir à arquitetura institucional conceitos de acolhimento humanizado, alimentando novos projetos e introduzindo melhorias em edificações existentes. É sabido que não são estanques e nem objetivam tornarem-se únicos nas demandas desse importante tema, a saber variações socioeconômicas e principalmente, culturais precisam ser consideradas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Sistema Nacional de Acolhimento**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sna/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

_____. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2009.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1990.

EVANS, Gary W. **Child Development and The Physical Environment**. 2006. In: Annual Review Psychology. Volume 57, p. 423–451, 2006. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16318602>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

FISCHER, Gustave-Nicolas. **Psicologia social do ambiente**. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994. 216 p.

LOO, Chalsa M. **The effects of spatial density on the social behavior of children**. 1972. Journal of Applied Social Psychology. Volume 2, p. 372–381, 1972. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **The Concept of Dwelling: On the Way to Figurative Architecture**. New York: Electa/Rizzoli, 1985. 140 p.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação**. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2002. 261p.

RAPOPORT, Amos (org.). **The Mutual interaction of people and their built environment: a cross-cultural perspective**. The Hague: Chicago: Mouton, 1976. 505 p.

SAVI, Aline Eyng. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais**. 301p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193463>. Acesso em: 03 dez. 2023.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary W. **Spaces Fit for Children: Competency in the Design of Daycare Center Environments**. In: Children's Environments. Colorado, v. 12, n. 03, 1995. p. 43-58.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, SP

Data de aceite: 01/02/2024

C. A. Santilli

E. L. Abreu

R. B. Peres

RESUMO: O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), regulamentado pelo Estatuto da Cidade, é reconhecido como um instrumento urbanístico de apoio ao planejamento e democratização da gestão ambiental urbana. No Município de São Carlos (SP) existem quatro documentos legais que dispõem sobre EIV: Lei nº 13.056/2002, Planos Diretores de 2005 e 2016, e a recém aprovada Lei nº 21.808/2023. Este trabalho avaliou o processo de regulamentação do EIV em São Carlos (SP), utilizando métodos de pesquisa qualitativa, pautada no “Roteiro Metodológico para regulamentação e implementação de Estudos de Impacto de Vizinhança”, proposto por Peres & Cassiano (2019). Os resultados apresentados mostram aumento no número de critérios indicados pelo referido roteiro previstos pelas legislações ao longo dos anos. Embora não seja o único desafio para atingir os seus objetivos, a regulamentação

adequada deste instrumento urbanístico pode representar uma contribuição significativa ao processo de planejamento e gestão do uso do solo.

PALAVRAS-CHAVE: Estudo de Impacto de Vizinhança; Planejamento ambiental urbano; Município de São Carlos; Licenciamento urbanístico.

ABSTRACT: A Neighborhood Impact Study (NIS), regulated by the City Statute, is recognized as an urban planning tool supporting planning and democratization of urban environmental management. In the Municipality of São Carlos (SP), there are four legal documents addressing NIS: Law No. 13,056/2002, Municipal Master Plans of 2005 and 2016, and the recently approved Law No. 21,808/2023. This study assessed the regulation process of NIS in São Carlos (SP), using qualitative research methods based on the “Methodological Guide for the Regulation and Implementation of Neighborhood Impact Studies,” proposed by Peres & Cassiano (2019). The results show an increase in the number of criteria indicated by the mentioned guide specified in the legislation over the years. While not the sole challenge to achieving its objectives,

the proper regulation of this urban planning tool can represent a significant contribution to the land use planning and management process.

KEYWORDS: Neighbourhood Impact Report; Urban environmental planning; Municipality of São Carlos; Urban licensing.

INTRODUÇÃO

A Política Urbana Nacional foi consolidada através do sancionamento da Lei Federal 10.257/2001, conhecido como Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. A função social da cidade e da propriedade foram destaques do referido Estatuto, pois o principal objetivo desta Lei é a cidade socialmente justa e ambientalmente equilibrada (HOSHINO *et al.*, 2014).

Alguns instrumentos foram definidos para atingir tal objetivo, entre eles o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), considerado como importante instrumento de planejamento e democratização da gestão urbana (SCHASBERG *et al.*, 2016; CASSIANO & PERES, 2017). Esses objetivos são alcançados através da análise da previsão de impactos potenciais de empreendimentos e atividades no seu entorno, auxiliando o gestor público na tomada de decisão, e permitindo a participação da população afetada neste processo (ABREU *et al.*, 2019).

O Estatuto da Cidade apresenta três artigos que dispõe sobre este instrumento: artigos 36, 37 e 38. O Artigo 37 descreve o conteúdo mínimo a ser contemplado pelos estudos, enquanto o artigo 38 exige a publicidade dos documentos integrantes do estudo, além de sua disponibilização para consulta pública. O artigo 36 requer que os municípios elaborem lei municipal para indicar quais empreendimentos e atividades estarão sujeitos à elaboração deste estudo.

Tendo em vista o atendimento deste artigo 36, o Município de São Carlos (SP) sancionou a Lei nº 13.056, de 05 de setembro de 2002. Assim como ocorreu em diversos outros municípios, essa regulação pouco acrescentou para aprimorar a utilização do EIV. Em 2005, foi instituído o Plano Diretor (Lei nº 13.691, de 25 de novembro de 2005), que dedicou uma seção a este instrumento. Porém, deixou a cargo do poder executivo regulamentar “os critérios e procedimentos para aplicação deste instrumento” (SÃO CARLOS, 2005, p.60), o que ainda não se concretizou. Em 2016, foi aprovada a Revisão do Plano Diretor (Lei nº 18.053/2016) que, em seu Capítulo XII, dispõe sobre EIV. Este capítulo abordou de maneira mais detalhada o instrumento, porém, ainda deixa lacunas ao atribuir ao Poder Executivo a obrigação de apresentar Lei municipal específica, em um prazo de 180 dias. O prazo se expirou, e a Lei específica não foi sancionada até o setembro de 2023.

A ausência de critérios e de procedimentos claros previstos nas referidas legislações, além de fragilidades nas etapas de análise e decisão, tornou o instrumento pouco eficiente e alvo de insegurança jurídica (PERES & CASSIANO, 2019). Diante disso,

em 2018, deu-se início na elaboração de proposta de Projeto de Lei (PL) específica de EIV no Município de São Carlos, que foi debatida no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Carlos (COMDUSC). Essa proposta resultou na Lei nº 21.808 de 2023, sancionada em 19 de setembro de 2023.

O Quadro 1 apresenta os quatro documentos legais supracitados, em ordem cronológica.

Legislação	Ano	Descrição
Lei nº 13.056/2002	2002	Dispõe sobre a necessidade de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) e de instrução com relatório de impacto de vizinhança (RIVI), o licenciamento de projetos e licitação de obras e dá outras providências.
Lei nº 13.691/2005	2005	Institui o Plano Diretor do Município de São Carlos e dá outras providências
Lei nº 18.053/2016	2016	Estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos, e dá outras providências
Lei nº 21.808/2023	2023	Estabelece os procedimentos para elaboração, apresentação, análise, aprovação e acompanhamento do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI), em conformidade com os art. 36 a 38 da Lei Federal no 10.257/2001; com o Plano Diretor do Município de São Carlos - Lei Municipal no 18.053/2016, art. 145, 161, 162, 187 e 208 a 218.

Quadro 1 - Histórico de regulamentação do instrumento Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) no Município de São Carlos - SP

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o processo de regulamentação deste importante instrumento no Município de São Carlos (SP), buscando identificar as lacunas e os avanços em cada um dos documentos legais apresentados.

METODOLOGIA

Os métodos de pesquisa qualitativa utilizados foram: pesquisa bibliográfica e análise documental. Foram selecionados os documentos legais que regulamentam o EIV no Município de São Carlos (SP) até a presente data, elencados no Quadro 1.

A partir de metodologia para Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), descrita por Sánchez (2013), as autoras Peres & Cassiano (2019) formularam um “Roteiro Metodológico para regulamentação e implementação de Estudos de Impacto de Vizinhança”. Este Roteiro define nove “Componentes de Processo”, que podem ser considerados etapas e requisitos mínimos a serem incorporados pelas prefeituras municipais, visando à regulamentação e aplicação do instrumento, a saber: 1) Apresentação da Proposta; 2) Triagem; 3) Determinação do Escopo do EIV; 4) Elaboração do EIV; 5) Análise Técnica do EIV; 6) Consulta Pública; 7) Decisão; 8) Monitoramento e Gestão de Impactos; 9) Acompanhamento.

Esses componentes de processos foram contemplados, em grande medida, pela regulamentação dos municípios de Belo Horizonte (MG) e Londrina (PR), considerados exemplos de boas práticas de planejamento urbano (SCHVARBERG; KALLAS, 2016).

O Quadro 2 apresenta uma adaptação do referido Roteiro Metodológico.

Roteiro Metodológico	
1	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
a)	Prever nesta etapa: o órgão municipal responsável por receber e protocolar uma nova proposta de atividade ou empreendimento e por conduzir a análise do EIV
b)	o documento específico para o preenchimento de informações básicas necessárias para triagem de exigibilidade de EIV e os documentos complementares a serem anexados
c)	a comissão ou instância responsável por emitir um Termo de Referência ou documento norteador para a realização do estudo
d)	a participação de conselhos na elaboração do Termo de Referência
e)	o fluxograma sobre as etapas do processo de licenciamento e a tramitação do EIV
f)	formas de publicação, nos meios oficiais de comunicação do município, da abertura do processo
g)	previsão de pagamento de taxa
h)	portarias, decretos ou outras normas que apresentem esses procedimentos
2	TRIAGEM
a)	Prever nesta etapa: listas "positivas" por tipologias com critérios de corte, por tipo ou porte;
b)	indicação de quadros, tabelas ou mapas que relacionem os tipos e portes de empreendimentos de impacto com o zoneamento urbano ou demais instrumentos
c)	indicação de tipos de Estudos de Impacto de Vizinhança, se for o caso
d)	indicação do poder discricionário do poder público municipal em casos não previstos
3	DETERMINAÇÃO DO ESCOPO DO EIV
a)	Prever nesta etapa: emissão de um Termo de Referência ou outro documento norteador para o estudo
b)	definições de alguns termos-chave envolvidos nos estudos
c)	indicação dos principais itens que os EIVs devem conter (como: caracterização do empreendimento, delimitação e diagnóstico das áreas de influência, avaliação dos impactos, proposição de medidas mitigadoras, conclusões, entre outros)
d)	critérios para a definição das áreas de influência
e)	indicação de componentes, aspectos e impactos que devem ser analisados no EIV, considerando as questões listadas no art. 37 do EC e outras não previstas
f)	indicação de métodos para identificação e avaliação de impactos
g)	quadros comparativos relacionando os aspectos e os impactos previstos
h)	critérios para a proposição de medidas preventivas, corretivas ou compensatórias para a mitigação dos impactos negativos em cada fase do empreendimento
i)	previsão de consulta pública
4	ELABORAÇÃO DO EIV
a)	Prever nesta etapa: equipe multidisciplinar, coordenada por profissional competente com responsabilidade técnica;

b)	recomendação de formações específicas para a composição dessas equipes multidisciplinares
c)	cadastros credenciados de profissionais competentes para a elaboração dos estudos
d)	indicação de formato de apresentação do EIV, que pode ser em relatórios completos ou sintéticos
e)	previsão de RIVI (Relatório de Impacto de Vizinhança) e diferenciação dos conteúdos do EIV e do RIVI, quando for o caso.
5	ANÁLISE TÉCNICA DO EIV
a)	Prever nesta etapa: indicação do órgão municipal responsável pela condução da análise do EIV
b)	previsão de tramitação da análise do EIV em outras instâncias municipais
c)	definição se a análise do EIV passará por avaliação de conselhos municipais competentes
d)	definição de critérios de análise dos estudos (que podem estar apoiados nos Termos de Referência ou em documentos norteadores)
e)	determinação de prazos de retorno das análises técnicas aos empreendedores e de prazos para pedidos de esclarecimentos
f)	previsão de publicidade dos resultados das análises técnicas nos meios oficiais de comunicação do município.
6	CONSULTA PÚBLICA
a)	Prever nesta etapa: tipos de consulta e participação pública e espaços de debates durante os diferentes momentos de tramitação dos estudos (como para a definição do Termo de Referência, para complementação das análises do EIV, para a definição das contrapartidas e medidas de gestão etc.)
b)	realização de pesquisas de percepção das comunidades do entorno
c)	debates sobre o EIV nos conselhos municipais competentes
d)	obrigatoriedade de Audiências Públicas para determinados tipos de EIVs
e)	mecanismos de solicitação de audiências públicas pela população interessada
f)	formas de acesso público a estudos e análises técnicas para consulta prévia
g)	formatos para a realização de consultas e audiências públicas
h)	formas de incorporação das deliberações das audiências nas análises
i)	publicidade das convocações e dos resultados das consultas e audiências nos meios oficiais de comunicação do município
7	DECISÃO
a)	Prever nesta etapa: órgão responsável pela aprovação do EIV e pela emissão do documento conclusivo (decisão por autoridade)
b)	previsão de participação de conselhos municipais para subsidiar a decisão final (decisão colegiada)
c)	previsão de solicitação de complementações dos estudos para reanálise antes da decisão final
d)	emissão de um documento/parecer final conclusivo de análise do EIV com previsão de tipos de decisão (aprovação, não aprovação ou aprovação com indicação de condicionantes e contrapartidas)
e)	previsão de prazos para a emissão do documento final do EIV.
8	MONITORAMENTO E GESTÃO DE IMPACTOS
a)	Prever nesta etapa: assinatura de Termo de Compromisso, ou documento similar, que servirá de título executivo extrajudicial, contendo as medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, bem como as contrapartidas, com as quais o interessado se compromete a executar

b)	detalhamentos das ações ou dos programas de monitoramento e medidas de gestão de impactos
c)	indicação de responsáveis, prazos, cronogramas, custos etc.
9	ACOMPANHAMENTO
a)	Prever nesta etapa: tipo de órgão ou comissão municipal para acompanhamento dos compromissos
b)	previsão de realização de auditorias, vistorias ou relatórios de acompanhamento
c)	previsão de divulgação desse acompanhamento para esclarecimentos junto a conselhos ou comunidades interessadas
d)	vinculação do cumprimento dos compromissos assumidos com as etapas finais do licenciamento urbanístico: emissão das licenças de funcionamento ou dos certificados de conclusão da obra (Habite-se), ou vistorias de entrega

Quadro 2 – Roteiro Metodológico de Componentes de Processo. Adaptado de Peres & Cassiano (2019)

Cada documento legal foi analisado de modo a identificar se os critérios definidos no “roteiro metodológico” estavam previstos em algum trecho da lei. Cada critério foi identificado e sinalizado segundo:

- 1) “previsto na legislação”, simbolizado por (“+”);
- 2) “previsto parcialmente na legislação” (“+/-”); ou,
- 3) “não previsto na legislação” (“-”).

Aplicação do Roteiro Metodológico		
Legislação analisada x Critérios Roteiro Metodológico		
Critérios	Previsto na legislação	+
	Previsto parcialmente na legislação	+/-
	Não previsto na legislação	-

Quadro 3 – Aplicação dos critérios descritos no Roteiro Metodológico para cada documento legal

ANÁLISE INDIVIDUAL DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULAMENTAÇÃO DO EIV

A seguir são apresentados os resultados obtidos ao final da análise de cada instrumento legal, seguindo os critérios expostos no Quadro 3.

Lei nº 13.056/2002

A Lei Municipal nº 13.056, de 5 de setembro de 2002, “*dispõe sobre a necessidade de estudo prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e de instrução com Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI), o licenciamento de projetos e licitação de obras e dá outras providências*”. Esta Lei foi sancionada após apenas um ano da aprovação do Estatuto da Cidade, e três anos antes da instituição do Plano Diretor. Outro ponto importante é que esta Lei estipula um prazo de 240 dias para que seja elaborada uma regulamentação do instrumento EIV. Porém, essa regulamentação não ocorreu, mantendo assim as várias lacunas.

A etapa de *Apresentação da Proposta* está subdividida em oito critérios, conforme apresentado no Quadro 2. Esta legislação contém apenas dois desses critérios: previsão de pagamento de taxa e formas de publicação, e, portanto, esta etapa é considerada não prevista. Já a etapa *Triagem* está prevista parcialmente, pois há indicação de lista por tipologia com critérios de corte, e do poder discricionário do poder público municipal nos dispositivos legais Artigos 1º e 5º, porém não há indicação da relação dos tipos e portes de empreendimentos com o zoneamento urbano, tampouco dos tipos de EIVs para cada caso.

As etapas *Determinação do Escopo do EIV* e *Elaboração do EIV* também estão parcialmente previstos neste documento legal. Apesar de estarem previstos alguns termos-chave e consultas públicas, a principal lacuna refere-se à ausência de critérios para definição das áreas de influência e indicação de métodos para identificação e avaliação de impactos. A partir da *Análise do EIV*, etapa 5, esta Lei não contempla os critérios indicados no *Roteiro Metodológico*, e, portanto, as etapas são consideradas não previstas pela legislação, conforme pode ser observado no Quadro 4:

ANÁLISE DA LEI N. 13.056/2002, QUE DISPÕE SOBRE EIV EM SÃO CARLOS (SP)		
COMPONENTES DE PROCESSO		LEI 2002
1	Apresentação da Proposta	-
2	Triagem	+/-
3	Determinação do Escopo do EIV	+/-
4	Elaboração do EIV	+/-
5	Análise Técnica do EIV	-
6	Consulta Pública	-
7	Decisão	-
8	Monitoramento e Gestão de Impactos	-
9	Acompanhamento	-
Legenda		
Previsto na legislação		+
Previsto parcialmente na legislação		+/-
Não previsto na legislação		-

Quadro 4 - Análise do documento legal que dispõe sobre EIV, lei n. 13.056/2002

A participação popular no processo de análise, um dos critérios da etapa Consulta Pública, gerou controvérsias ao não especificar para quais casos os estudos deveriam ser submetidos à Audiência Pública. O parágrafo único do Artigo 8 estabelece que a “*sociedade civil terá sua manifestação assegurada não só pela Audiência Pública como pelas demais formas previstas em Lei, devendo o Executivo garantir em regulamentação procedimentos e atribuições dos órgãos municipais a respeito*” (SÃO CARLOS, 2002, P.4).

O fato das etapas 5, 6, 7, 8 e 9 não estarem previsto neste documento legal, pode ser atribuído à data de sua publicação, quando não havia diretrizes no âmbito nacional e poucas informações referentes a aplicação do EIV.

Plano Diretor de São Carlos - Lei nº 13.691, de 25 de novembro de 2005.

Ao sancionar a Lei nº 13.691, de 25 de novembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor do Município de São Carlos, o município atendeu ao preconizado pelo Art. 41 do Estatuto da Cidade. O Plano reafirmou o respeito às funções sociais da cidade e da propriedade, além do objetivo de promover a cidade sustentável. Para atingir esses objetivos, o Plano instituiu diversos instrumentos, entre eles o EIV. Além de indicar os casos para os quais são necessários a apresentação do EIV, este documento legal dedicou uma Seção para regulamentação do instrumento, dividida em 7 artigos.

Este Plano Diretor, de 2005, traz uma evolução em relação à Lei de 2002, com destaque para as etapas de *Triagem* e *Monitoramento e Gestão de Impactos*, as quais foram integralmente contempladas. A etapa *Apresentação* continua com as lacunas indicadas no documento legal anterior, ao não indicar o órgão municipal responsável por receber o Estudo, nem a comissão responsável pelo Termo de Referências, tampouco a participação dos conselhos. Assim como a Lei anterior, este Plano Diretor determina que o instrumento será regulamentado pelo Poder Executivo, o que abre caminho para manutenção das lacunas já apontadas no Quadro 4. O Quadro 5 apresenta resumo da análise do Plano Diretor de 2005:

ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE EIV EM SÃO CARLOS (SP)		
COMPONENTES DE PROCESSO		PLANO DIRETOR 2005
1	Apresentação da Proposta	-
2	Triagem	+
3	Determinação do Escopo do EIV	-
4	Elaboração do EIV	+/-
5	Análise Técnica do EIV	+/-
6	Consulta Pública	-
7	Decisão	-
8	Monitoramento e Gestão de Impactos	+
9	Acompanhamento	-
Legenda		
Previsto na legislação		+
Previsto parcialmente na legislação		+/-
Não previsto na legislação		-

Quadro 5 - Análise do documento legal que dispõe sobre EIV, Plano Diretor de 2005

A indicação das listas por tipologias, de tabelas que relacionam o porte dos empreendimentos de impacto com o zoneamento urbano e o poder discricionário do poder público municipal, presentes nos respectivos Artigos 209, 210, 213, além do Anexo nº 9, atendem aos requisitos para etapa *Triagem*. No entanto, a etapa *Escopo* ficou prejudicada, uma vez que não há definição de termos-chave, critérios para área de influência e métodos para avaliação de impactos. O *Monitoramento e Gestão de Impactos* foram incrementados com a previsão de Termo de Compromisso. Este Plano previu, em seu artigo 235, a inclusão de uma equipe multidisciplinar, denominada “Grupo Especial de Análise -GEA, composto por servidores públicos com qualificação técnica, a fim de assessorar a Administração Municipal” (SÃO CARLOS, 2005, p.64). Por outro lado, o formato de apresentação e a previsão de Relatório de Impacto de Vizinhança foram previstos.

As etapas *Consulta Pública*, *Decisão* e *Acompanhamento* continuam com seus critérios não previstos neste documento legal. Já a etapa *Monitoramento e Gestão de Impactos* está contemplada no Plano, pois o Artigo 213 prevê a assinatura de Termo de Compromisso e detalhamento das ações de monitoramento.

Plano Diretor de São Carlos - Lei nº 18.053 de dezembro de 2016 alterada pelas leis nº 18.410/17, nº 18.927/18

A Revisão do Plano Diretor, também preconizada pelo Estatuto da Cidade, foi consolidada pela Lei nº 18.053, de 19 de dezembro de 2016. Esta Lei, que estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos, incluiu diversos critérios listados no “Roteiro Metodológico”, conforme apresentado no Quadro 6:

ANÁLISE DO PLANO DIRETOR DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE EIV EM SÃO CARLOS (SP)		
COMPONENTES DE PROCESSO		PLANO DIRETOR 2016
1	Apresentação da Proposta	+/-
2	Triagem	+/-
3	Determinação do Escopo do EIV	-
4	Elaboração do EIV	-
5	Análise Técnica do EIV	+
6	Consulta Pública	+/-
7	Decisão	+/-
8	Monitoramento e Gestão de Impactos	+/-
9	Acompanhamento	-
Legenda		
Previsto na legislação		+
Previsto parcialmente na legislação		+/-
Não previsto na legislação		-

Quadro 6 - Análise do documento legal que dispõe sobre EIV, Plano Diretor de 2016

No Plano Diretor de 2016, é possível observar alguns avanços nos componentes de processo. Em seu Artigo 212, este documento legal é claro ao determinar a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano como órgão responsável pelo protocolo da proposta de atividade ou empreendimento, além de indicar a apreciação dos Conselhos Municipais. Portanto, trata-se de um avanço em relação à legislação anterior. Porém, a etapa 2, *Triagem*, apresenta um retrocesso ao não indicar o poder discricionário do poder público para os casos não previstos.

Outro retrocesso observado foi na etapa 4, *Elaboração do EIV*, onde não há indicação do formato EIV, tampouco diferenciação dos conteúdos do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI) e EIV, o que prejudica a eficácia dos instrumentos.

A etapa 5, *Análise Técnica do EIV*, representa um avanço em relação as leis anteriores. Os Artigos 213, 214, 216 e 217 indicam o órgão responsável pela análise, as diferentes instâncias municipais por onde tramitará o processo de licenciamento além da previsão de apreciação por parte dos Conselhos Municipais e de publicidade das convocações e resultados das audiências. As etapas 6 e 7, *Consulta Pública e Decisão*, também apresentaram avanços, ao preverem, nos Artigos 216, 217 e 218, a obrigatoriedade de Audiência Pública para determinados casos, previsão de debate e participação dos Conselhos Municipais, além da previsão de incorporação das deliberações das audiências.

Lei nº 21.808/2023

A Lei nº 21.808/2023, que *Estabelece os procedimentos para elaboração, apresentação, análise, aprovação e acompanhamento do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI), em conformidade com os art. 36 a 38 da Lei Federal no 10.257/2001; com o Plano Diretor do Município de São Carlos - Lei Municipal no 18.053/2016, art. 145, 161, 162, 187 e 208 a 218*, foi sancionada em 19 de setembro de 2023. Este documento legal que regulamenta o instrumento EIV apresenta maior número de critérios do Roteiro Metodológico previstos quando comparado com as Leis anteriores. O Quadro 7 apresenta a análise deste documento legal:

ANÁLISE DA LEI N. 21.808/2023, QUE REGULAMENTA O EIV EM SÃO CARLOS (SP)		
COMPONENTES DE PROCESSO		LEI 2023
1	Apresentação da Proposta	+/-
2	Triagem	+
3	Determinação do Escopo do EIV	+
4	Elaboração do EIV	+
5	Análise Técnica do EIV	+
6	Consulta Pública	+
7	Decisão	+
8	Monitoramento e Gestão de Impactos	+
9	Acompanhamento	+
Legenda		
Previsto na legislação		+
Previsto parcialmente na legislação		+/-
Não previsto na legislação		-

Quadro 7 – Análise do documento legal que regulamenta o EIV, lei n. 21.808/2023

Dos documentos analisados, o que mais atende aos “Componentes de Processo” foi a Lei n. 21.808/2023, que regulamenta o EIV. Dentre as nove etapas, apenas a *Apresentação* não atende plenamente aos parâmetros definidos pelo “Roteiro”, por não constar um fluxograma de tramitação, item que deixaria o licenciamento mais transparente e de fácil assimilação pelos agentes envolvidos.

As demais etapas foram integralmente contempladas neste documento legal, com destaque para *Triagem*, *Análise Técnica*, *Consulta Pública* e *Acompanhamento*. A divisão dos empreendimentos, conforme a magnitude dos impactos potenciais, com indicação das instâncias municipais responsáveis, previsão de apreciação de Conselhos Municipais, realização de Audiências Públicas para empreendimentos e atividades de alto potencial de impacto e ampliação das formas de publicização, foram identificados como importantes avanços. Também quanto ao *Monitoramento e Gestão de Impactos*, a previsão de Termo de Compromisso, com indicação dos responsáveis pelas medidas fortalece o EIV como instrumento de apoio à gestão.

AS LACUNAS E OS AVANÇOS NO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DO EIV NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

O instrumento EIV, ainda pouco estudado, tem sido criticado pelos autores que abordam sua formulação, legalização e aplicação (LOLLO; RÖHM, 2005; PERES, 2012). A falta de clareza dos âmbitos e competências é apontado como um dos obstáculos para implementação deste instrumento (SAMPAIO, 2005).

Comparando os documentos relativos à regulamentação do EIV no Município São Carlos, nota-se que a porcentagem de critérios listados pelo “Roteiro Metodológico” previstos pelos documentos legais cresceu ao longo dos anos, conforme apresentado pela Figura 1.

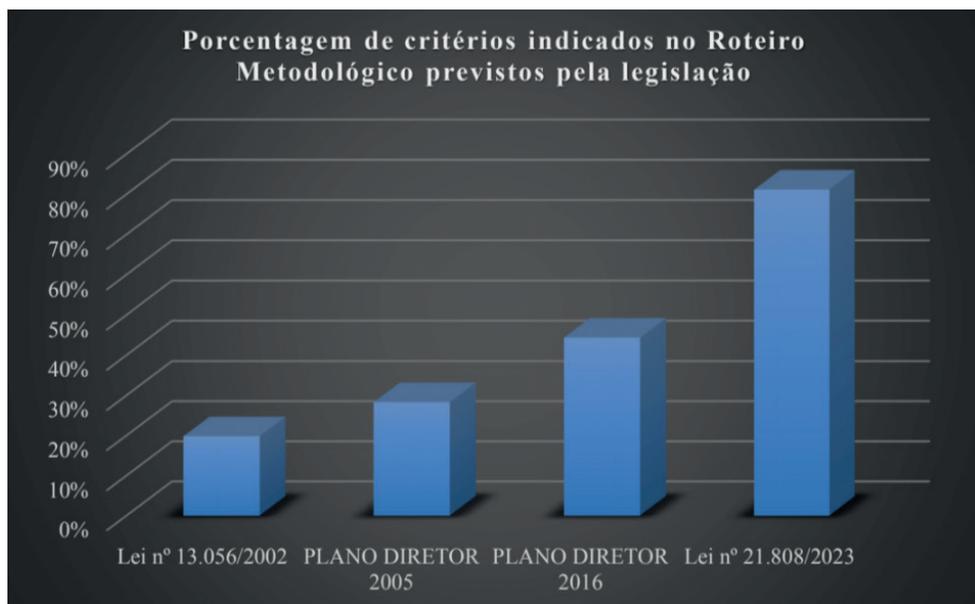


Figura 1 – Evolução dos critérios indicados no Roteiro Metodológico previstos pelos documentos legais que regulamentam o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) no Município de São Carlos – SP.

Se na primeira Lei que exigia a aplicação deste instrumento, em 2002, não havia qualquer componente de processo que fora atendido integralmente (apenas três componentes foram atendidos, de maneira parcial), a recém sancionada Lei nº 21.808/2023 contempla todas as etapas descritas no “Roteiro Metodológico”.

Contudo, a regulamentação do instrumento não é o único obstáculo para que o EIV atinja os objetivos estabelecidos no Estatuto da Cidade. Araújo & Campante (2017) organizaram os principais problemas e desafios em três dimensões: jurídicos-legais, técnicos e administrativos. A primeira dimensão, jurídica-legal, refere-se à regulamentação dos procedimentos de consulta aos órgãos setoriais e às análises integrada de estudos, como EIV e EIA, evitando assim duplicidade de procedimentos. A dimensão técnica refere-se a aprimorar a definição das áreas de influência dos impactos identificados, utilizando-se base de dados disponíveis, e garantir a participação popular durante a fase de elaboração do estudo. A terceira, e última, dimensão é a administrativa, que envolve a regulamentação do EIV pelos municípios, estruturação dos gestores públicos responsáveis pela análise e criação de órgãos colegiados, compostos pela administração pública e sociedade civil e com poder deliberativo sobre emissão de licenças urbanísticas e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no “Roteiro Metodológico para regulamentação e implementação de Estudos de Impacto de Vizinhança”, descrito por Peres & Cassiano (2019), foram analisados os quatro documentos legais que dispõe sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança no Município de São Carlos. Os resultados apresentados mostram um aumento no número de critérios previstos pelas legislações ao longo dos anos. Enquanto a Lei nº 13.056/2002 previa pouco mais de 20 % dos critérios indicados no “Roteiro Metodológico”, a recém sancionada Lei nº 21.808/2023 apresenta mais de 70 % dos critérios, contemplando todas etapas e componentes de processo.

Embora não seja o único desafio para atingir os seus objetivos, a regulamentação adequada deste instrumento urbanístico pode representar uma contribuição significativa ao processo de planejamento e gestão do uso do solo, oferecendo subsídios para a mediação dos conflitos e para a tomada de decisão sobre melhoria e aprovação dos projetos, implantação de contrapartidas e medidas preventivas ou compensatórias, evitando impactos ambientais e passivos socioespaciais.

REFERÊNCIAS

Abreu, E. L.; Santilli, C. A.; Peres, R. B. (2019). Regulação e aplicação do estudo de impacto de vizinhança (EIV) no município de Jundiáí-SP. In **Anais do X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**.

Araújo, R. P. Z. de, & Campante, A. L. G. (2017). Estudo de Impacto de Vizinhança: questões e desafios de sua implementação. Reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte. In **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. (p. 1-20). São Paulo: ANPUR.

Brasil. (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

Brasil. (2001) Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

Fernandes, E. (2013). Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, 20(1), 212-233.

Hoshino, T. A. P., Wultrich, F., Jacobovski, A., Faggion, A., Auler, M. M. & Becher, J. (2014). Do Estudo de Impacto de Vizinhança e de sua impostergável regulamentação e implementação no Município de Curitiba: análise comparativa e recomendações. **Nota Técnica. Projeto Cidade em Debate** (UFPR/UP/MPPR).

Lollo, J.A.; Röhm, S.A. (2005) Aspectos negligenciados em estudos de impacto de vizinhança. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 3(2), 31- 45.

Peres, R. B.; Cassiano, A. M. (2019) "O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: avanços e desafios à gestão ambiental urbana", **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. PUCPR, 11, p. 15. doi: 10.1590/2175-3369.011.e20180128.

Sánchez, L. E. (2013). **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos.

São Carlos. (2002) Lei nº 13.056, de 05 de setembro de 2002. Dispõe sobre a necessidade de estudo prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e de instrução com Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), o licenciamento de projetos e licitação de obras e dá outras providências.

São Carlos. (2005) Lei nº 13.691, de 25 de novembro de 2005. Institui o Plano Diretor do Município de São Carlos e dá outras providências.

São Carlos. (2016) Lei nº 18.053, de 19 de dezembro de 2016. Estabelece o Plano Diretor do Município de São Carlos, e dá outras providências.

São Carlos (2023) Lei nº 21.808, de 19 de setembro de 2023. Estabelece os procedimentos para elaboração, apresentação, análise, aprovação e acompanhamento do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e do respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), em conformidade com os art. 36 a 38 da Lei Federal no 10.257/2001; com o Plano Diretor do Município de São Carlos - Lei Municipal no 18.053/2016, art. 145, 161, 162, 187 e 208 a 218.

Sampaio, L. (2005) Estudo de Impacto de Vizinhança: sua pertinência e delimitação de sua abrangência em face de outros estudos ambientais. **Monografia de Especialização**. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Schvarsberg, B., Martins, G. C., Kallas, L., Cavalcanti, C. B., & Teixeira, L. M. (Orgs.) (2016). **Estudo de Impacto de Vizinhança: Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação**. Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, Programa Nacional de Capacitação das Cidades e Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília. 98p.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PROJETO-PADRÃO E EDIFÍCIO ESCOLAR IMPLANTADO, NA PERSPECTIVA DA ADAPTAÇÃO E PREVENÇÃO À COVID-19: UNIDADE ESCOLAR PROF.^a JÚLIA MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA EM LAGARTO, SERGIPE

Data de aceite: 01/02/2024

Andréa dos Reis Fontes

Mestre, PGAUR, USJT, Brasil
<https://orcid.org/0009-0002-2260-1547>

Maria Isabel Imbrono

Professora Doutora, PGAUR-USJT, UPM,
Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-7394-3809>

RESUMO: A pandemia de Covid-19 trouxe mudanças no comportamento da sociedade, com a suspensão de várias atividades, entre elas o acesso das crianças às escolas. Este estudo tem como objetivo principal analisar os espaços de uma creche do ProInfância para o atendimento ao conforto ambiental, dimensionamento e salubridade, considerando o conjunto de questões trazidas pela pandemia. Para alcançar esse intento, foram feitas análises do Projeto-padrão Tipo C do ProInfância e de um edifício implantado escolhido como estudo de caso: a Unidade Municipal de Educação Infantil Prof.^a Júlia Maria de Almeida Oliveira, na cidade de Lagarto, Sergipe. Os objetivos secundários são: analisar as especificidades da implantação do edifício padrão em Lagarto e analisar a condição de pós-ocupação após a pandemia

de Covid-19. A abordagem metodológica do estudo é do tipo qualitativa, aplicada sobre documentos disponibilizados no site do ProInfância, complementada por estudo de caso, que explora a metodologia de APO (Avaliação Pós-Ocupação), selecionando o universo de ferramentas a serem aplicadas. São elas: walkthrough, para a avaliação de desempenho do ambiente construído, obtendo dados junto aos usuários por meio de visita conduzida; entrevistas e questionários; dados obtidos e registrados em desenho, através de observação in loco feita pelo pesquisador. Além da análise do edifício e sua implantação, a pesquisa contempla o estudo do layout interno registrado no projeto padrão do ProInfância e a real utilização e adaptação dos espaços na creche visitada. Nas considerações finais, abordam-se os aspectos que se apresentaram nas fichas avaliativas, com apontamentos e sugestões de tópicos essenciais para a adequação do edifício da Unidade Escolar Prof.^a Júlia Maria de Almeida Oliveira, que poderão, em uma discussão ampliada no futuro, contribuir para a atualização do Projeto-padrão Tipo C do Programa ProInfância.

PALAVRAS-CHAVE: ProInfância, arquitetura escolar, Covid-19, Avaliação Pós-Ocupação

COMPARATIVE STUDY BETWEEN STANDARD PROJECT AND SCHOOL BUILDING IMPLEMENTED FROM THE PERSPECTIVE OF ADAPTATION AND PREVENTION TO COVID-19: PROF. JÚLIA MARIA DE ALMEIDA OLIVEIRA SCHOOL UNIT IN LAGARTO, SERGIPE

ABSTRACT: The Covid-19 pandemic brought changes in society's behavior, with the suspension of several activities, including children's access to schools. This study's main objective is to analyze the spaces of the Proinfância daycare center (National Program for Restructuring and Acquisition of Equipment for the Public School Network for Early Childhood Education) to meet environmental comfort, size and health, considering the set of issues brought about by the pandemic. To achieve this aim, analyzes were carried out on the Proinfância Standard Type C Project and on an established building chosen as a case study: the Municipal Early Childhood Education Unit Prof. Júlia Maria de Almeida Oliveira, in the city of Lagarto, Sergipe. The secondary objectives are: to analyze the specificities of the implementation of the standard building in Lagarto and to analyze the post-occupancy condition after the Covid-19 pandemic. The methodological approach is qualitative, applied to documents available on the Proinfância website and complemented by a case study, which uses techniques and procedures like APO (Post-Occupancy Assessment) methodology, selecting the universe of tools to be applied. They are: walkthrough, to evaluate the performance of the built environment, obtaining data from users through a conducted visit; interviews and questionnaires; data obtained and recorded in drawings, through on-site observation carried out by the researcher. In addition to the analysis of the building and its implementation, the research includes the study of the internal layout recorded in the Proinfância standard project and the actual use and adaptation of the spaces in the daycare center visited. In the final considerations, the aspects presented in the evaluation sheets are addressed, with notes and suggestions for essential topics for the adaptation of the building of the Prof.^a Júlia Maria de Almeida Oliveira School Unit, which could, in an expanded discussion in the future, contribute to updating the Type C standard project of the Proinfância Program.

KEYWORDS: Childhood, school architecture, Covid-19, Post-Occupancy Assessment

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo recolher as demandas projetuais trazidas durante a pandemia de Covid-19 em relação aos espaços escolares infantis, a fim de contribuir para a compreensão da estrutura física, do conforto e da segurança dos ambientes, entendidos como elementos ativos do processo educacional, em condições especiais de uso decorrentes da pandemia. Considera-se que o momento vivido gerou reflexões sobre aspectos que, historicamente, permearam teoria e prática no campo da Arquitetura e Urbanismo, especialmente aqueles relacionados a conforto, salubridade, ventilação, higiene, bem como dimensionamento, fluxo e flexibilidade dos espaços. Assume-se que a consideração de novas demandas faz parte do desenvolvimento histórico da arquitetura, que é um campo disciplinar dinâmico que reflete as necessidades da sociedade. Andrade, Rosário e Fernandes afirmam que:

Com o surgimento de novas doenças e epidemias ao redor do mundo, o espaço construído passou a incorporar técnicas e recomendações de isolamento para um controle mais eficiente de doenças infectocontagiosas. Com a atual pandemia da COVID-19 não foi diferente. O novo Coronavírus demonstrou uma rápida dispersão, causando severos danos em diversos países. Não só o setor da saúde precisou se adaptar, mas também todos os setores da arquitetura e do urbanismo foram obrigados a assegurar saúde, conforto e higiene para os usuários. (2021, p. 129).

Além das exigências sanitárias, relacionadas à ventilação e ao controle de fluxos, lotações e distâncias entre os usuários, a pandemia trouxe uma reflexão sobre a necessidade de flexibilização dos espaços, que foram rapidamente adaptados a novos usos e condições de funcionamento.

Para receber alunos e funcionários, as escolas precisaram se adequar às novas necessidades dentro das possibilidades dos espaços preexistentes, por meio da gestão e adoção de protocolos de afastamento, de higiene pessoal e de limpeza, implantados por gestores e funcionários.

Para o enfrentamento deste tema, o recorte da pesquisa abrange o estudo do projeto padrão Tipo “C” (Escola de Educação Infantil) do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA) e, por meio do estudo de caso da creche Prof^a Júlia Maria de Almeida Oliveira, em Lagarto, Sergipe, verifica-se o atendimento e adequação do projeto padrão às necessidades arquitetônicas locais e ao pós-pandemia. Tendo como base um projeto padrão, o estudo irá investigar como a creche encontra-se adaptada para atender às demandas específicas pontuadas pelos funcionários e a capacidade, tanto do projeto como do edifício em sua condição atual de uso, para atender aos requisitos necessários para cumprir as recomendações de retorno às aulas.

Ao realizar o estudo de caso em Lagarto, considera-se a prerrogativa de que a adequação dos espaços para a realidade local e para o período de pandemia contém preocupações e impactos de longo prazo, sendo válidas também após o término da pandemia. A escolha da Unidade Municipal de Educação Infantil Prof.^a Júlia Maria de Almeida Oliveira, em Lagarto, deveu-se à localização da creche, pois fica em um bairro próximo ao centro da cidade de Lagarto, onde o fluxo de transporte é constante garantindo fácil acesso para a pesquisa, ao contrário de outras creches que estão distantes do centro com dificuldades de transporte.

Pergunta-se então: O que precisa ser analisado nos espaços físicos das creches ou pré-escola que acolhe crianças entre 0 e 6 anos, no ambiente planejado e adequado para o convívio no retorno das aulas pós-pandemia?

A pesquisa traz o desafio de avaliar os espaços do edifício de creche em duas condições distintas - o projeto e a realidade -, pois se trata de um projeto padrão (Escola de Educação Infantil Tipo “C” do PROINFÂNCIA) que tem, como estudo de caso, uma unidade construída. Deste modo, é importante analisar os espaços previstos em projeto e

o modo como estes espaços foram efetivamente implementados e estão sendo utilizados na atualidade.

Para dar conta de responder às indagações deste estudo, bem como realizar e sistematizar a pesquisa, a abordagem metodológica está baseada no método qualitativo e através do estudo de caso.

Na perspectiva das abordagens qualitativas, não é a atribuição de um nome que estabelece o rigor metodológico da pesquisa, mas a explicitação dos passos seguidos na realização da pesquisa, ou seja, a descrição clara e pormenorizada do caminho percorrido para alcançar os objetivos, com a justificativa de cada opção feita (ANDRÉ, 2013, p.96).

Para estabelecer critérios para analisar o edifício de creche, foram buscados autores que são referência para o tema. A verificação bibliográfica procurou coletar informações e dados a respeito de vários assuntos: projetos sobre arquitetura escolar infantil, avaliações de ambientes escolares e projetos padronizados para educação infantil. Autores como Kowaltowski (2011) valorizam aspectos do ambiente físico que facilitam o conforto do usuário do edifício escolar, para atender adequadamente às condicionantes de calor, luz, territorialidade, orientação do espaço e segurança. As diretrizes dos órgãos regulamentadores de saúde transformaram-se em diversos guias para toda a sociedade e para as escolas foi diferente devido ao momento da pandemia e ao pós pandemia.

Diretrizes para o retorno das atividades escolares presenciais nas escolas infantis

As medidas para prevenção e o controle do COVID-19 nas escolas reabertas foram publicadas através de guias de orientação elaboradas pelo Governo Federal, Governo Estadual de Sergipe, OMS, Fiocruz, Mec, IAB e AIA com medidas de recomendações para o retorno das atividades presenciais visando garantir a segurança de alunos e funcionários das escolas.

Na pandemia do Covid-19, creches e escolas foram fechadas para tentar conter a disseminação do vírus entre as crianças, os funcionários das escolas e suas famílias. Conforme a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2022), no Brasil a Covid-19 matou duas crianças menores de 5 anos por dia no Brasil. Ao todo, 599 crianças nessa faixa etária faleceram pela Covid-19 em 2020. As aulas presenciais, especialmente nas instituições públicas de ensino brasileiras, ficaram majoritariamente suspensas entre março de 2020 e maio de 2021.

A reabertura das escolas só aconteceu mediante planos de reabertura. A Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas (ONU), e outros organismos internacionais, recomendam alguns critérios ao planejar a retomada das atividades escolares presenciais e alertam para indicadores que reflitam a realidade local e de cada país. Algumas das orientações desses órgãos estão resumidas na tabela abaixo:

Órgão competente	Distanciamento Físico	Ventilação	Gestão da Escola	Medidas de proteção individual
OMS	Avaliação das instalações escolares o distanciamento de pelo menos 1 metro.	Assegurar ventilação adequada e apropriada com prioridade para aumentar o ar fresco externo abrindo janelas e portas.	Evitar a mistura de estudantes e reduzir o risco de transmissão.	Crianças com 5 anos ou menos não devem ser obrigadas a usar máscaras.
FIOCRUZ	Implementar medidas de distanciamento físico de 1 a 2m em todos os espaços físicos da escola.	Sempre que possível, recomenda-se aproveitar as áreas ao ar livre para a realização de atividades, desde que mantidas as condições de distanciamento físico e higienização de superfícies.	Recomenda-se a restrição da entrada de visitantes e entregadores no ambiente interno da escola.	Monitoramento da situação vacinal de trabalhadores da comunidade escolar.
MEC	Colocar os berços, em posição que respeite o distanciamento mínimo de 1 metro entre eles;	Deixar as janelas do transporte abertas, quando possível;	Evitar o uso de bebedouros coletivos, orientando os estudantes a levarem suas garrafas de água.	Orientar pais e responsáveis sobre a importância de manter a criança em casa quando ela apresentar algum sintoma da doença;
IAB	Entre alunos e professores, deve ser mantida uma distância de no mínimo 2 metros, pois, ao falar alto, o professor pode emitir gotículas de saliva.	Promover a troca e a renovação de ar constantes.	Uma gestão democrática, envolvendo todos os segmentos da escola.	Recomenda-se aos professores o uso de uma máscara "Face Shield" transparente, de modo que os alunos possam ver sua expressão.

Tabela 1: Orientações para o retorno das Aulas Presenciais dos órgãos regulamentadores de Saúde

Fonte: Adaptado pelas autoras, 2023

Projeto-padrão Tipo C do Proinfância

O Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar de Educação Infantil, também conhecido como PROINFÂNCIA, caracteriza-se como uma política pública da Educação Infantil que foi criada em 2007. O programa, que possui abrangência nacional, faz uso de recursos do Governo Federal, que são direcionados aos municípios para a construção de unidades voltadas para a Educação Infantil, bem como a aquisição de equipamentos e mobiliário (BRASIL, 2007). A atuação do Proinfância se dá a partir de dois eixos principais, os quais são indispensáveis à melhoria da qualidade da Educação Infantil, sendo eles:

1-Construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes;

2- Aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros (BRASIL, FNDE, 2007).

As unidades construídas pelo ProInfância obedecem a projetos-padrão fornecidos pela FNDE, cujos parâmetros técnicos de implantação são predefinidos pela autarquia em consonância com as diretrizes da Secretaria de Educação Básica do MEC. Foram desenvolvidos sete modelos diferentes, sendo cinco modelos para edificação nova e dois para módulos de ampliação de unidades educativas. Os projetos são denominados, respectivamente: Tipo B, Tipo C, Tipo 1, Tipo 2, Ampliação Tipo B, Ampliação Tipo C e Módulo de Educação Infantil, podendo ser adotados segundo a demanda de cada município. Os espaços (módulos) foram pensados de modo a atender as demandas das diversas etapas do desenvolvimento infantil, dos 4 meses aos 6 anos de idade.

Esta pesquisa enfoca o projeto padrão Tipo C para escola de Educação Infantil, cuja primeira versão data de 2007. O projeto tem área construída de 688,30m² e uma área de ocupação de 781,26m², com capacidade para atender até 120 crianças em dois turnos (matutino e vespertino) e 60 crianças em período integral, além de contar com áreas de vivência como pátio, refeitório e espaço multiuso/informática. A creche possui 4 salas de aula, cada uma com capacidade para atender 15 alunos. As salas de aula são divididas em: Creche I, Creche II, Creche III e Pré-escola. As escolas de educação infantil são destinadas a crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses, e incluem a creche (para crianças de 0 até 4 anos) e a pré-escola (para crianças de 4 até 5 anos e 11 meses). A versão do projeto Tipo C utilizada em nossa pesquisa está mostrada na Figura 1 abaixo, que data de 2010, e corresponde à construída em Lagarto.



Figura 1: Planta Baixa do Tipo C ano de 2010

Fonte: FNDE, 2010.

O projeto Tipo C é térreo e possui 4 blocos distintos, de acordo com a função a que se destinam. São eles: setor administrativo, setor de serviços e setores pedagógicos. O conjunto dos blocos é todo interligado por uma circulação coberta externa, sem fechamento por caixilhos ou paredes, cuja dimensão se alarga em pontos estratégicos para abrigar o pátio coberto, o refeitório e o hall de acesso, que podem ser consideradas áreas externas, o que é positivo para minimizar a transmissão de doenças. Na área livre do terreno estão previstos um playground, um anfiteatro e o castelo d'água.

Estudo de caso: Unidade Escolar Prof.^a Júlia Maria de Almeida Oliveira em Lagarto, Sergipe

A Unidade Municipal de Educação Infantil Prof.^a Júlia Maria de Almeida Oliveira, em Lagarto, foi construída com base no projeto Tipo C do Proinfância. A creche está implantada em um terreno plano com dimensões de 43,15m x 45,50m, totalizando uma área de 1.661,09m². Atende 186 crianças entre 1 e 6 anos, divididas nos turnos da manhã e da tarde. Recebe, portanto, um número maior de crianças do que o previsto para o projeto Tipo C, e não contempla o atendimento a bebês de 04 meses a 1 ano. Na creche trabalham 22 profissionais, sendo 08 professores, 01 monitoras, 01 diretora, 01 coordenadora pedagógica, 02 administrativos, 03 porteiros, 03 vigias, 01 cozinheira, 02 auxiliares de limpeza. O horário de funcionamento da creche é das 7:00h às 17:00h.

A localização da creche permite fácil acesso por estar inserida na área urbana e próxima à área central da cidade, onde o fluxo de transporte é constante, diferentemente de outras creches em locais afastados e com dificuldades de transporte.



Figura 2: Localização da Creche na Cidade de Lagarto/SE

Fonte: Produzido pelas autoras a partir de Google Maps, 2023

Devido à sua localização, a creche em estudo cumpre um papel social ao acolher os filhos de trabalhadores, devido ao fácil acesso para diversos equipamentos. Seu entorno apresenta baixo fluxo de veículos, garantindo segurança para as crianças e pais que precisam se deslocar e conforto devido ao baixo nível de ruído.

A creche dispõe de 6 salas de aula, duas a mais do que o oferecido pelo projeto-padrão que lhe serviu de base, atendendo a mais crianças do que o previsto no projeto Tipo C. Para atender a esta necessidade, a sala dos professores e o espaço multiuso/informática foram adaptados para sala de aula, recebendo crianças da pré-escola. Além desses dois espaços adaptados, o edifício dispõe dos quatro espaços previstos para salas de aula conforme o projeto original: creche 1, creche 2, creche 3 e pré-escola. Os demais espaços seguem o projeto original com poucas adaptações, sendo eles: salas administrativas, banheiros infantis, banheiros para adultos, secretaria, diretoria, cozinha, lactário, serviço e pátio coberto. É possível aferir que o aumento no número de usuários sobrecarrega o uso nos demais espaços da creche, como pátio, sanitários, refeitório e áreas para funcionários. Os espaços da creche conforme se utilizam em Lagarto estão dispostos na figura 3.



Figura 3: Creche Prof.ª Júlia Maria de Almeida Oliveira (*as built*) em Lagarto, Sergipe. Em vermelho estão sinalizadas as áreas com uso alterado.

Fonte: FNDE, modificado pelas autoras, 2023.

Além das adaptações nas áreas internas do edifício, as visitas à Unidade Municipal de Educação Infantil Prof.ª Júlia Maria de Almeida Oliveira também revelaram alterações nas áreas externas, bem como indefinições presentes no projeto que não encontram um desfecho apropriado no momento da implantação da unidade escolar. A Creche Prof.ª Júlia Maria de Almeida Oliveira tem dois acessos: um principal, pelo hall de entrada, e um secundário, pela lateral onde fica a cozinha. Em visita ao local notou-se que não foram construídas a calçada externa junto à rua, bem como as áreas previstas para vaga de emergência e carga/descarga. A falta destes elementos de piso impede o atendimento às normas de acessibilidade ao equipamento escolar.

A Figura 4, abaixo, mostra as áreas livres e áreas cobertas externas conforme foram encontradas na vistoria à creche Prof.ª Júlia Maria de Almeida Oliveira, em 2023. Além da falta de calçada já relatada, notou-se a ausência do mastro, do anfiteatro e do playground, elementos que estão detalhados no projeto-padrão disponibilizado pela FNDE. Nos espaços previstos para playground e anfiteatro não há nada além de vegetação com pouca manutenção, o que impacta nas possibilidades de uso destes espaços.

Por sua vez, a caixa d'água externa foi executada do lado oposto ao local previsto, e ocupa hoje o local em que está previsto o módulo de ampliação do projeto-padrão, impedindo a ampliação conforme programado pelo projeto original. A importância de seguir com o plano de ampliação justifica-se, uma vez que as novas salas propostas se conectam diretamente com o pátio coberto, em uma quina da cobertura projetada para esta

finalidade. A ampliação é uma demanda real da unidade de ensino visitada, que tem hoje 50% a mais de alunos do que o previsto. Outro ponto a ressaltar sobre a caixa d' água é a descaracterização desse elemento pois, em projeto, ela é um elemento construtivo de destaque, com cores e círculos, conferindo uma imagem forte e marcante ao equipamento da creche.



Figura 4: Fotos das áreas externas da Creche Prof.ª Júlia Maria de Almeida Oliveira em Lagarto, Sergipe.

Fonte: Autoras, 2021

A área externa da creche, atualmente, não tem espaço qualificado para as crianças brincarem ao ar livre ou realizarem atividades pedagógicas e, conforme foi relatado pelos usuários e gestores, não é utilizada. Segundo o memorial descritivo do projeto, as áreas livres deveriam oferecer espaço de recreação e bem-estar para as crianças e funcionários da creche. Em uma das visitas de campo feitas à creche, algumas professoras relataram que o espaço livre oferece perigo às crianças devido a dois fatores: o desnível da calçada de proteção ao redor da edificação, que é alto para crianças pequenas e pode causar quedas, e o perigo de animais peçonhentos.

Por se tratar de edifício padrão implantado em terreno existente, a orientação solar dos espaços decorreu da escolha do terreno. Os espaços da creche possuem, em geral, mais de uma abertura: as salas de permanência das crianças têm portas e janelas voltadas para o pátio/circulação coberta, mas também possuem aberturas para o exterior protegidas com beirais. No caso da unidade estudada, a Sala Multiuso (atual Pré-escola) e Creches I e III estão voltadas para Leste. A Creche I e Multiuso possuem as aberturas na orientação sudeste, que viabilizam a incidência solar nestas paredes durante a manhã. Os demais ambientes pedagógicos estão orientados pelo sul-sudoeste (Creche II e Pré-escola),

recebendo incidência solar no período da tarde. Esta situação é mais crítica, pois estes espaços recebem insolação durante parte dos meses de verão e todo o solstício de verão, o que acarreta maiores ganhos térmicos para estas salas. A Creche III, com as aberturas na orientação sudoeste, não recebe radiação por estar protegida pela cobertura do pátio. O bloco de serviço recebe radiação o dia todo, no período da manhã e da tarde, e suas aberturas estão para o nordeste. O bloco administrativo recebe radiação à tarde e suas aberturas estão para oeste.

Análise dos Ambientes de aprendizagem

Espaços de aprendizagem devem ser projetados para atender às necessidades específicas da faixa etária das crianças, proporcionando um ambiente seguro, estimulante e acolhedor para seu desenvolvimento. No caso do projeto arquitetônico da Creche Prof.^a Júlia Maria de Almeida Oliveira, a ocupação desses espaços foi modificada conforme a necessidade local.

No projeto tipo C do ProInfância, a unidade básica de sala para a educação infantil consiste em um espaço de permanência/atividades, em conjunto a um solário e um sanitário. No caso do projeto em estudo, a dimensão e arranjo desses espaços varia um pouco para as quatro salas de aula previstas originalmente, mas nota-se a repetição desta estrutura básica composta pelos espaços mencionados. No caso da **Creche I**, há um espaço anexo especialmente para dormir, e o sanitário é adequado à faixa etária, correspondendo a um espaço de troca e banho. Já os sanitários que compõem o módulo da **Pré-escola** e **Creche II** abrem-se diretamente para o pátio, servindo também às atividades externas.

De modo geral, notou-se, através dos dados levantados, que houve alterações no uso das salas de aprendizagem e seus espaços anexos. Para cada espaço, foi realizada uma ficha síntese do percurso walkthrough realizado.

FICHA DE REGISTRO DO WALKTROUGH	
AMBIENTE: Aprendizagem	OCUPANTES: crianças
ILUMINAÇÃO: Foi analisada a quantidade e dimensão de aberturas e de que forma o ambiente é iluminado.	VENTILAÇÃO: Foi verificada a presença de aberturas para ventilação simples ou cruzada e se as mesmas estavam abertas.
MOBILIÁRIO: Averiguou-se se atendia a demanda da creche no quesito conforto e quantidade e o espaçamento físico.	DIRETRIZES PARA PREVENÇÃO DE COVID-19 : Verificou-se se os espaços atenderam as orientações estabelecidas.

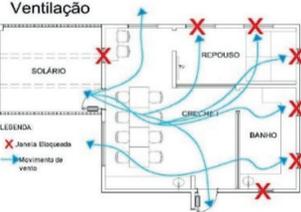
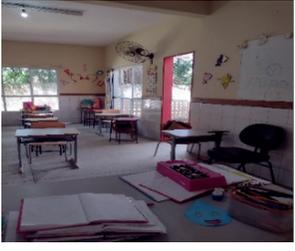
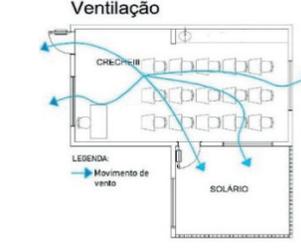
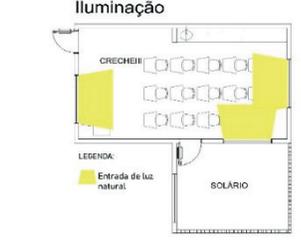
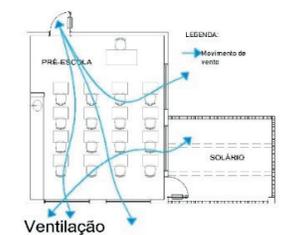
<p>CRECHE I</p> 	<p>Ventilação</p>  <p>LEGENDA: X Janela Bloqueada → Movimento de vento</p>	<p>Iluminação</p>  <p>LEGENDA: X Janela Bloqueada → Entrada de luz natural</p>
<p>CRECHE II</p> 	<p>Ventilação</p>  <p>LEGENDA: X Janela Bloqueada → Movimento de vento</p>	<p>Iluminação</p>  <p>LEGENDA: → Entrada de luz natural X Janela Bloqueada</p>
<p>CRECHE III</p> 	<p>Ventilação</p>  <p>LEGENDA: → Movimento de vento</p>	<p>Iluminação</p>  <p>LEGENDA: → Entrada de luz natural</p>
<p>PRÉ-ESCOLA</p> 	<p>Ventilação</p>  <p>LEGENDA: → Movimento de vento</p>	<p>Iluminação</p>  <p>LEGENDA: → Entrada de luz natural</p>

Tabela 2: Resumo das fichas de avaliação dos espaços da creche.

Fonte: Autoras, 2023

Discussão dos resultados

A pesquisa foi desenvolvida utilizando, como objeto de estudo, o projeto padrão Tipo C do Proinfância para creche e pré-escola, complementado por meio de estudo de caso da Unidade Escolar Profa. Júlia Maria de Almeida Oliveira na Cidade de Lagarto, em Sergipe.

O projeto-padrão do Proinfância é replicado pelas instituições públicas e estaduais que incorporam a repetição de um modelo escolar infantil. Um dos objetivos específicos da pesquisa foi analisar os espaços físicos do projeto tipo C e as demandas trazidas da pandemia, nessa análise foi feita mediante instrumentos metodológicos que enfatizavam problemas na execução do edifício e nos espaços planejados no projeto tipo C do Proinfância.

A análise da Creche Profa. Júlia Maria de Almeida Oliveira realizada a necessidade de uma revisão do espaço físico da creche e a necessidade de conhecer melhor as demandas locais antes de elaborar um projeto arquitetônico. Foi evidenciada a necessidade de aprimorar o projeto-padrão em pontos que apresentam risco para as crianças, bem como a necessidade de melhor compreensão das intenções projetuais para que os usos estipulados no projeto possam ser cumpridos a contento. O uso equivocados do espaço traz riscos à saúde, como por exemplo a obstrução de ventilação cruzada nos espaços e a superlotação dos ambientes. Por outro lado, algumas necessidades dos usuários continuam sem solução, como a falta de espaços apropriados para os bebês e falta de espaço para acomodação dos materiais pessoais dos alunos.

Os questionários aplicados aos usuários da creche confirmaram a análise feita pela pesquisadora, enfatizando os pontos de recomendação para projeto arquitetônico. Já as entrevistas deixaram evidente a necessidade de compromisso dos gestores para transmitir as recomendações e providenciar melhorias que promovam o atendimento às reais necessidades da creche.

Constata-se, por fim, a importância de projetar conhecendo a necessidade local e importância de proporcionar um local saudável e seguro para comunidade escolar no pós-pandemia. Portanto, um projeto padrão deve ser discutido na sua concepção e requer reflexões específicas e profundas, bem como a possibilidade de adaptação prevista em projeto. Recomenda-se que um projeto padrão seja apresentado com maior disponibilidade de opções em sua aplicação e tenha espaços flexíveis que se adequem às necessidades do pós-pandemia.

Nota: Pesquisa desenvolvida com apoio do Instituto Anima.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. P.; ROSÁRIO, R. A. R. D.; FERNANDES, R. B. **Arquitetura emergencial: considerações sobre respostas projetuais à pandemia da covid-19.** Projeto e Percepção do Ambiente v.6, n.2, maio de 2021

ANDRE, M. **O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação?**. Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BRASIL. Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019**. 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm. Acesso em: 12 fev. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Implementação de protocolo de retorno das atividades presenciais nas escolas de educação básica**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/GuiaDeretorno dasAtividades PresenciaisnaEducaoBsica.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/GuiaDeretorno%20dasAtividades%20PresenciaisnaEducaoBsica.pdf) Acesso em: 22 fev. 2023.

FIOCRUZ, 2023. **Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da COVID-19, 2020**. Disponível em: [http://www.epsv.fiocruz.br, 2020/](http://www.epsv.fiocruz.br,2020/) Acesso em 06 de fevereiro de 2023.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, Brasil. **Programa ProInfância**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia> Acesso em: 22 set 2022.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Recomendações para a reabertura de escolas, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/68886/file/PORTUGUESE-Framework-for-reopening-schools-2020.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

METAVERSOS SENSÍVEIS PARTICIPATIVOS: REGISTRO DA PAISAGEM CULTURAL/UNESCO

Data de aceite: 01/02/2024

Dinah Tereza Papi de Guimaraens

Professora Doutora, PPGAU/UFF, Brasil

Adolfo Bartolome Ibañez Vila

Professor Mestrando, UPC-ETSAB, Brasil

Breno Platais Brasil Teixeira

Professor Doutor, PPGAU/UFF, Brasil

José Antonio Hoyuela Jayo

Professor Doutor, PPGAU/UFF, Brasil

Valeria Lins do Rego Veras

Professora Doutora, PPGAU/UFF, Brasil

RESUMO: Objetivo – Expor virtualmente os saberes e fazeres do Morro do Palácio, em Niterói/RJ, única favela que conta com um edifício de Oscar Niemeyer (MACquinho) para abrigar uma cultura comunitária no Brasil; Metodologia - A realidade criativa do Morro do Palácio a ser desvendada através de Expografia e Museologia Digital Sensível com a criação de um Visor Virtual das Paisagens Culturais Cariocas declaradas pela UNESCO (2012), acessadas por óculos VR que permitem caminhar virtualmente pelo territórios das comunidades inseridas na paisagem; Originalidade/relevância – Destacar em

Metaversos , Patrimonialização Digital e Social(saberes e fazeres populares) em um projeto que quer trazer o discurso para dentro da Comunidade, destacando as diversas camadas interativas (Tradições, pessoas e paisagem construída etc); Resultados – Criar um Visor Cartográfico do Território da Baía de Guanabara com Bens Patrimoniais, Sociais e Paisagísticos para acessar a Linha de Registro da Paisagem a partir do promontório do MACquinho, além de exibir online seus Metaversos Sensíveis na Plataforma Urbana Digital da Prefeitura de Niterói/RJ;

Contribuições teóricas/metodológicas: Favelas do Grande Rio são territórios invisibilizados na Linha de Registro da Paisagem Cultural/UNESCO, a serem descobertas através de Metaversos Participativos. Quer-se permitir e garantir uma Acessibilidade Sociocultural e sensível à favela Morro do Palácio para se chegar a uma percepção sociocultural/patrimonial, visando romper com o racismo estrutural ao quebrar máscaras sociais e diluir virtualmente as fronteiras físicas; Contribuições sociais e ambientais – Fotografar o cotidiano da favela até o Chapadão (alto do Morro) e desfrutar de percursos/trajetórias para ampliar o espaço

vivencial de seus moradores, além de enfatizar a relação educativa de MAC-Niterói com MACquinho, através do projeto Arte-Ação Ambiental e Patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Museologia Social. Cultura das Perferias Sensíveis. Sustentabilidade

ABSTRACT: Objective – To virtually expose the knowledge and practices of Morro do Palácio, in Niterói/RJ, the only favela that has a building by Oscar Niemeyer (MACquinho) to house a community culture in Brazil; Methodology - The creative reality of Morro do Palácio to be unveiled through Expography and Sensitive Digital Museology with the creation of a Virtual Display of the Carioca Cultural Landscapes declared by UNESCO (2012), accessed by VR glasses that allow you to virtually walk through the territories of the inserted communities in the landscape; Originality/relevance – Stand out in Metaverses, Digital and Social Patrimonialization (popular knowledge and practices) in a project that wants to bring the discourse into the Community, highlighting the various interactive layers (Traditions, people and built landscape etc); Results – Create a Cartographic Display of the Territory of Guanabara Bay with Patrimonial, Social and Landscape Assets to access the Landscape Registration Line from the MACquinho promontory, in addition to displaying its Sensitive Metaverses online on the Urban Digital Platform of the City Hall of Niterói/ RJ;

Theoretical/methodological contributions: Favelas of Grande Rio are invisible territories in the Cultural Landscape Registration Line/UNESCO, to be discovered through Participatory Metaverses. We want to allow and guarantee a sociocultural and sensitive Accessibility to the Morro do Palácio favela to reach a sociocultural/heritage perception, aiming to break with structural racism by breaking social masks and virtually diluting physical borders; Social and environmental contributions – Photographing the daily life of the favela up to Chapadão (upper hill) and enjoying routes/trajectories to expand the living space of its residents, in addition to emphasizing the educational relationship between MAC-Niterói and MACquinho, through the Art project -Environmental and Heritage Action

KEYWORDS: Social Museology, Cultural of Emotional Periphery's. Sustainability

RESUMEN: Objetivo – Exponer virtualmente los saberes y prácticas de Morro do Palácio, en Niterói/RJ, la única favela que tiene un edificio de Oscar Niemeyer (MACquinho) para albergar una cultura comunitaria en Brasil; Metodología - La realidad creativa del Morro do Palácio será develada a través de la Expografía y la Museología Digital Sensible con la creación de una Muestra Virtual de los Paisajes Culturales Cariocas declarados por la UNESCO (2012), accedida por gafas VR que permiten caminar virtualmente por los territorios de las comunidades insertas en el paisaje; Originalidad/relevancia – Destacarse en Metaversos, Patrimonialización Digital y Social (conocimientos y prácticas populares) en un proyecto que quiere llevar el discurso a la Comunidad, destacando las diversas capas interactivas (Tradiciones, personas y paisaje construido, etc.); Resultados – Crear una Visualización Cartográfica del Territorio de la Bahía de Guanabara con Bienes Patrimoniales, Sociales y Paisajísticos para acceder a la Línea de Registro del Paisaje desde el promontorio del MACquinho, además de exhibir sus Metaversos Sensibles en línea en la Plataforma Urbana Digital de la Municipalidad de Niterói/ RJ;

Aportes teóricos/metodológicos: Las favelas de Río Grande son territorios invisibles en la Línea de Registro del Paisaje Cultural/UNESCO, por descubrir a través de Metaversos

Participativos. Queremos permitir y garantizar una Accesibilidad sociocultural y sensible a la favela Morro do Palácio para alcanzar una percepción sociocultural/patrimonial, con el objetivo de romper con el racismo estructural rompiendo las máscaras sociales y diluyendo virtualmente las fronteras físicas; Contribuciones sociales y ambientales – Fotografiar el día a día de la favela hasta el Chapadão (cerro alto) y disfrutar de rutas/trayectorias para ampliar el espacio de vida de sus habitantes, además de enfatizar la relación educativa entre MAC-Niterói y MACQuinho, a través del Arte proyecto -Acción Ambiental y Patrimonial

PALABRAS- CLAVE: Museología Social, Cultural de la Periferia Emocional. Sostenibilidad.

INTRODUÇÃO

FAVELA CULTURA SUSTENTABILIDADE



Figuras 1 e 2 – Esquema ilustrativo / Partido orgânico. Morro do Palácio, Niterói.

Fonte: MAC-Niterói/Google Earth (2023).

As favelas do Grande Rio são territórios invisibilizados na Linha de Registro da Paisagem Cultural Urbana do Rio de Janeiro/Niterói pela UNESCO (2012). A atual proposta acadêmica de caráter tecnológico pretende visibilizá-los mediante uma Inovação Social transversal, através de Metaversos Virtuais Participativos com caráter educativo-cultural. Quer-se permitir um Acesso Sensível e uma Acessibilidade Sociocultural à favela do Morro do Palácio para se chegar a uma Sensibilidade Acessível, visando romper com um racismo estrutural ao quebrar máscaras sociais, além de desvendar o papel de um “Niemyer Social”, que logrou transpor a cultura para uma dimensão social no Morro do Palácio em seu projeto de arquitetura do MACQuinho, edifício adjacente ao MAC-Niterói situado na Praia de Boa Viagem.

Pretende-se, para isso, criar um espaço virtual através de uma Expografia Sensível que logra aproximar a Paisagem Cultural Urbana do Grande Rio, registrada como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2012 e reiterada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 2013, ao lado de valores sociais e culturais que as

comunidades afrodescendentes e indígenas aportam à paisagem humana e social da Baía de Guanabara. A equipe técnica do atual projeto do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/PPGAU da Universidade Federal Fluminense/UFF se encontra, no momento, empregando uma base cartográfica para visibilizar, de forma inclusiva, as favelas dentro do território do Grande Rio a ser cartografado criticamente, valorizando virtualmente as atividades cotidianas, as manifestações artísticas e a identidade sociocultural de suas populações de forma contextual.

Destarte, propõe-se a criação de várias camadas de informação, em que os utilizadores poderão visitar a estrutura (Orografia e Hidrologia) do território da Baía de Guanabara e suas adjacências acessando, em segundas e terceiras camadas de informação, diferentes patrimônios imateriais (Saberes e Fazeres Tradicionais) das mais relevantes favelas do Grande Rio. Outrossim, se busca potencializar o conhecimento das comunidades presentes na área ao revelar Bens e Artes Físicas e Digitais produzidas por essas favelas, anteriormente invisibilizadas na visão algo europeizante da UNESCO ao estabelecer os limites e as adjacências da Linha de Registro da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro/Niterói.



Figuras 3 e 4 – Lâmina modernista do MACquinho. Projeto de Oscar Niemeyer (2008).

Fonte: Bruno Platais (2023).

Como objetos primordiais de estudo e registro cartográfico, se destacam as favelas, os quilombos e os territórios de ocupação indígena tais como sambaquis, ao lado dos bens patrimoniais de colonização portuguesa como fortes, fortalezas, fazendas e igrejas. Enfatizam-se, nessa etapa primeira, os saberes e fazeres do Morro do Palácio, em Niterói/RJ, única favela com 6.000 habitantes que conta com um edifício projetado por Oscar Niemeyer (MACquinho) para abrigar uma cultura comunitária no Brasil. Situando-se na

Praia da Boa Viagem, com vista para a Baía de Guanabara e o MAC-Niterói, o MACquinho é um órgão da Subsecretaria Comunitária de Cultura da Prefeitura de Niterói dedicado a desenvolver atividades artísticas e tecnológicas junto à comunidade do Morro do Palácio através de uma Plataforma Urbana Digital. O projeto modernista do MAC-Niterói e do MACquinho remete, portanto, às origens socialistas de Oscar Niemeyer e da própria arquitetura moderna brasileira.

De modo a alcançar o âmago da modernidade na Arquitetura e no Urbanismo, se torna imprescindível traçar a principal linha evolutiva em que se baseia a gênese do movimento moderno, a qual desembocou na arquitetura realizada na maior parte do século XX, especialmente nos períodos entre as décadas de 1910 e 1950. Essa primeira origem heroica modernista leva em consideração que o ideário arquitetônico moderno está absolutamente ligado ao projeto de modernidade e, em particular, à visão de mundo iluminista, valorizando as inovações tecnológicas obtidas com a Revolução Industrial e com as diversas propostas urbanísticas e sociais realizadas por teóricos como os socialistas utópicos e os partidários das cidades-jardins. Segundo tal interpretação, o problema estético aqui é secundário: o moderno tem muito mais a ver com uma causa social do que com uma causa estética. No caso específico de Niemeyer, a “forma pertinente” (MAHFUZ, 2003) de suas “formas plásticas livres” (UNDERWOOD, 2002) conseguiu aliar, de maneira paradigmática, uma almejada função social projetual à estética modernista do concreto armado, que define a própria arquitetura moderna brasileira em sua pujança e originalidade com repercussão internacional.

É exatamente tal causa social hegemônica moderna, expressa de forma tão límpida na obra de Oscar Niemeyer, que inspira o presente projeto de pesquisa, ao destacar em Metaversos Sensíveis e Participativos uma Patrimonialização Imaterial (Saberes e Fazeres Populares), através de um projeto de arte-educação que quer trazer o discurso para dentro da favela, destacando ali diferentes camadas temáticas e interativas (Paisagem_Baía de Guanabara_MAC_MACquinho Casas_e Pessoas_etc). O gap teórico da universidade (e mesmo da própria sociedade) brasileira que o projeto quer ultrapassar poderia, então, ser assim resumido:

“talvez a verdadeira democratização da cultura não seja esta que vimos aplicando [de cima para baixo], sem curar de saber as consequências, se não será antes a criação de um movimento inverso que leve a cultura popular à frequentação das instâncias culturais superiores” (José Saramago).

OBJETIVOS



Figuras 4 e 5 – Imagens da Paisagem Digital onde aparecem as favelas.

Fonte: <https://www.3dcadbrowser.com/th/7/144/144613.webp> (2023) .

2.1 Criar um Visor Cartográfico do Território da Baía de Guanabara com Bens Patrimoniais, Sociais e Paisagísticos para acessar a Linha de Registro da Paisagem a partir do promontório do MACquinho, além de exibir seus Metaversos Sensíveis online na Plataforma Urbana Digital da Prefeitura de Niterói/RJ.

2.2 A realidade criativa do Morro do Palácio será desvendada através de uma Expografia Digital Sensível, com Metaversos Virtuais Participativos integrados à Linha de Registro do Grande Rio como Paisagem Cultural Urbana pela UNESCO (2012) e reiterada pelo IPHAN (2013), a serem acessados por óculos VR que permitem caminhar pelo território da favela (figuras 4 e 5). Aproximar essa Paisagem Patrimonial registrada por organismos patrimoniais de valores sociais e culturais que as comunidades aportam à paisagem humana e social da Baía de Guanabara, através de uma base cartográfica para visibilizar favelas, suas atividades artísticas e sua identidade cultural de forma contextual.

2.3 Exibir um Espaço Virtual Acessível com óculos VR, permitindo ao público caminhar pelo território digital e conhecer, de forma inovadora, os conjuntos territoriais e patrimoniais icônicos do Grande Rio (entrada da Baía da Guanabara com Forte S. João e Fortaleza de Santa Cruz; Pão-de-Açúcar; Cristo Redentor; Floresta da Tijuca; Montanhas (Morro Dois Irmãos, Serra da Covanca, Pedra Bonita, Pedra da Gávea etc), Rios (Carioca, Mãe das Águas); Lagoas (Rodrigo de Freitas); Espelhos d'Água da Urca e de Botafogo; com Aterro do Flamengo e Calçadão de Copacabana com desenho de Burle-Marx; Arte e Cultura das Favelas com destaque para o Morro do Palácio, em Niterói. Propõe-se uma visão multi-escalar da Paisagem Cultural, em que o usuário tem a possibilidade de conhecer o território em escalas e hierarquias em função dos conteúdos, importância e escala das informações.



Figuras 6 e 7 – Óculos de VR / VISOR DA PAISAGEM-UNESCO no MACquinho.

Fonte: PROEX (2021).

2.4 Colaborar com a missão educativa do MACquinho, juntamente com a Associação de Moradores do Morro do Palácio, para acessar virtual e fisicamente a Linha de Registo da Paisagem do Grande Rio/UNESCO, a partir do promontório do MACquinho. Perceber o que cada pessoa entende sobre Paisagem Cultural do Grande Rio sem querer impor a visão da UNESCO, mas sim identificando visões pessoais e grupais sobre o significado das paisagens naturais e culturais.

2.5 O projeto visa fotografar o cotidiano da favela até o Chapadão (alto do Morro do Palácio) e desfrutar de percursos/trajetórias que se entrelaçam para ampliar o espaço vivencial de seus moradores, visando mostrar a relação educativa do MAC-Niterói com o MACquinho em uma via de mão dupla. Dessa maneira, se pretende resgatar a memória de um dos mais bem sucedidos projetos museológicos interligando Arte e Sustentabilidade (1999), através da atuação de agentes culturais do Morro do Palácio que integraram o projeto “Arte Ação Ambiental” realizado pela equipe educativa do MAC-Niterói.



Figuras 8 e 9 – Integrantes do Palácio. Arte Ação Ambiental. MAC-Niterói.

Fonte: Márcia Campos, Setor Educativo. MAC-Niterói (1999/2008).

O trabalho de agenciamento socioambiental através da arte, promovido no MAC-Niterói junto à comunidade do Morro do Palácio, foi iniciado em 1999, nos primeiros anos de existência deste Museu de Arte Contemporânea, sob a coordenação do professor Luiz Guilherme Vergara, ex-diretor do MAC e fundador do projeto “Arte Ação Ambiental”. Sem um espaço adequado para o trabalho de ateliê, as oficinas ocuparam lugares alternativos temporários no museu e dentro da própria comunidade do Morro do Palácio, como o salão da igreja, a sede da Associação de Moradores, o Posto de Saúde e, até mesmo, as próprias casas dos jovens.

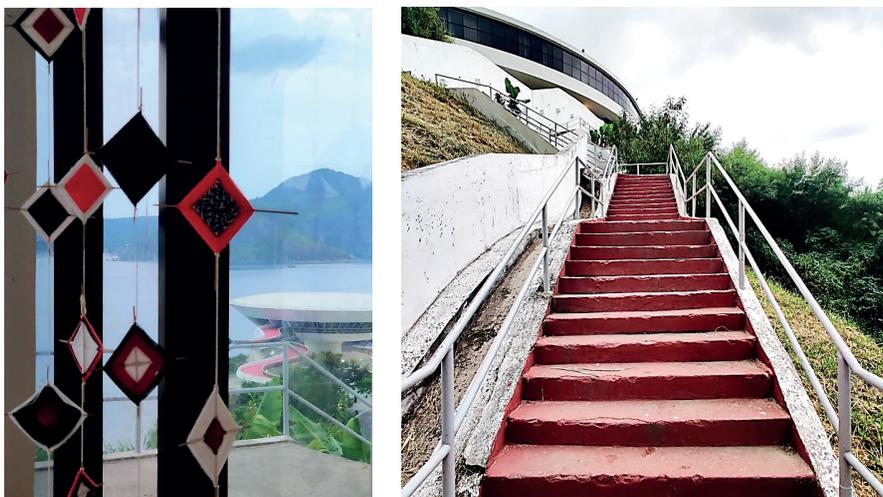
O estranhamento inicial dos jovens com a arquitetura arrojada do museu, foi aos poucos se transformando em familiaridade, à medida que os encontros ocorriam. Logo as transformações tornaram-se explícitas. O convívio do grupo foi ficando mais próximo, mais cordial e participativo. Abriu-se um novo universo de caminhos e possibilidades de crescimento individual e coletivo. O programa, conduzido por relações de afeto e confiança, foi de fundamental importância para o envolvimento dos jovens que, na sua maioria, estavam entrando num museu pela primeira vez.

A expansão do projeto e a estruturação do trabalho motivaram a ideia de construir uma sede própria no Morro do Palácio, o Módulo de Ação Comunitária do MAC-Niterói, com apoio financeiro do BNDES e da Prefeitura Municipal de Niterói. A participação do arquiteto Oscar Niemeyer, que projetou o Museu, na concepção do projeto arquitetônico do MACquinho, foi fundamental para a integração formal e conceitual das duas unidades. Importante destacar o entusiasmo de Niemeyer com a oportunidade de conceber a sede que abrigaria programas sociais e que se coadunavam com seus ideais de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o início das obras, os moradores da comunidade que acompanharam a construção do MAC-Niterói, com expectativa e curiosidade sobre quais seriam os benefícios que um museu de arte instalado na proximidade de suas casas poderia trazer para a comunidade, surpreenderam-se ainda mais ao verem o museu estendendo suas ações e integrando-se geograficamente ao território da comunidade, através da construção do Módulo de Ação Comunitária.

No contexto da finalização das obras do MACquinho, no final de 2008, se encontrava em desenvolvimento o projeto “COMUNIARTE”, o segundo projeto proposto junto à comunidade do Palácio que articulou parcerias com a Universidade Federal Fluminense/UFF, com a participação de professores e estudantes universitários, o programa Médicos de Família, o Museu Andy Warhol com a participação de artistas e curadores, o Colégio Aurelino Leal com a participação de estudantes do ensino médio e os moradores da comunidade.

METODOLOGIA / MÉTODO DE ANÁLISE



Figuras 10 e 11 –Projetos Artísticos/Subida do MACquinho.

Fonte: Breno Platais (2023).

A metodologia do projeto deriva de um Projeto de Extensão/PROEX/UFF 2023, intitulado “Não Deixe o Sonho de Niemeyer Morrer: Venha para o MACquinho!”, a partir de um termo de colaboração firmado, em 2017, entre a Escola de Arquitetura e Urbanismo/EAU da Universidade Federal Fluminense/UFF e o MACquinho, órgão da Secretaria Comunitária de Cultura da Prefeitura Municipal de Niterói/RJ. O Ficheiro Galeria 3D de escopo tecnológico que resulta da presente proposta apresenta as seguintes características:

- Navegação intuitiva e acessível em tempo real.
- Uso da Tecnologia da Plataforma de Código Aberto Spatial para permitir acesso universal para qualquer computador. Conceito de “Cliente Leve”.
- Utilização de sistemas de orientação baseados em acelerômetros e outras tecnologias para uma visita mais dinâmica adaptada às várias plataformas (PC, Android e IOS.)
- Geração Automática de Avatares através do reconhecimento facial por topologia em tempo real com utilização de áudio e vídeo em tempo real (Utilização da Plataforma Espacial para visualização).
- Concentração em informações precisas e acessíveis para o público em geral por meio do estudo histórico e iconográfico.

Já o escopo cartográfico do projeto corresponde ao âmbito territorial da Baía de Guanabara, compreendendo:

- 1ª Camada - VISOR VIRTUAL DA PAISAGEM / UNESCO- 1ª camada visitável em Metaverso do Território. (Presença de pontos de acesso a outros espaços e metaversos). Considera-se 10 conjuntos patrimoniais, focando no âmbito da paisagem declarada como Paisagem Cultural Urbana pela UNESCO em 2012, assim como se estabelece um destaque das favelas presentes no mesmo.
- 2ª Camada - VISORES VIRTUAIS DE PAISAGENS PARCIAIS - 10 espaços temáticos associados aos conjuntos patrimoniais tombados. Salas de Museu Virtuais associadas a cada logradouro com Modelagem, Digitalização e materiais multiplataforma (Imagens, Textos e Vídeos) de cada logradouro com objetos característicos da cultura e identidade de cada lugar, considerando 3 Objetos em diferentes escalas (Patrimônio Material e Imaterial) de cada lugar.
 - Quilombos:-Sacopã;
 - Favelas (Morro do Palácio, Rocinha, Pavão/Pavãozinho, Cantagalo, Chapéu Mangueira/Babilônia);
 - Águas (Baía da Guanabara).
 - Florestas (Floresta da Tijuca);
 - Montanhas (Pão-de-Açúcar, Corcovado, Cristo Redentor, Morro da Gávea e Dois Irmãos);
 - Ilhas (Cagarras, Boa Viagem).
- 3ª Camada ou incluído na 3ª camada – Imagens e vídeos temáticos (3 por lugar) de caráter patrimonial e/ou social e material e/ou imaterial. Destaque de peças como geradoras de narrativas e da história de cada conjunto. História dos objetos e seu contexto.



Figura 12 e 13 –Navegação Virtual do Metaverso

Fonte: Adolfo Ibañez Vila (2023).

RESULTADOS: GALERIA DE ARTE DIGITAL / METAVERSO

Este projeto virtual pode ser considerado como sendo pioneiro conceitualmente e inovador tecnologicamente, tendo como finalidade promover o conhecimento ampliado de uma das primeiras paisagens culturais registradas pela UNESCO como patrimônio mundial: “Rio de Janeiro, entre a Montanha e Mar”. O eixo da ideia imprime uma potencialidade à paisagem como motor da proposta.

Articula-se o projeto, portanto, a partir de duas premissas: divulgar o valor patrimonial, paisagístico, histórico e humano e promover a sua divulgação. Uma característica marcante da Plataforma Spatial é a possibilidade de permitir trabalhar com diferentes fontes documentais primárias: por um lado, os dados físicos e materiais fornecidos pela própria digitalização e, por outro, a possibilidade de divulgar suas ruínas ou restos pela Internet.

O resultado final reside na criação de um Visor Cartográfico do Território da Baía de Guanabara com Bens Patrimoniais, Sociais e Paisagísticos, a ser implantado pelos diferentes atores (Escola de Arquitetura e Urbanismo/EAU da Universidade Federal Fluminense/UFF-equipe técnica do MACquinho- membros da Associação de Moradores do Morro do Palácio), visando acessar e contextualizar a Linha de Registro da Paisagem do Grande Rio a partir do promontório do MACquinho, além de exibir seus Metaversos Sensíveis online na Plataforma Urbana Digital da Prefeitura de Niterói/RJ. (<https://www.spatial.io/s/Exposicao->

Morro-do-Palacio-MAC-63eba4547e9f01714b04be6c?share=6803630886614292471).

Nessa navegação virtual inovadora pela Plataforma Spatial, se desvenda uma “Exposição Morro do Palácio MAC” com fotografias de Josemias Moreira Filho, um dos integrantes do projeto “Arte Ação Ambiental” realizado pela equipe educativa do MAC-Niterói e atual funcionário do MACquinho. Em Registros Sensíveis da Paisagem da Baía de Guanabara, de Casas da Favela e de seus Moradores, o artista-fotógrafo convida o público virtual a percorrer os espaços sinuosos de Oscar Niemeyer no MAC-Niterói, com a subida da rampa revelando o território antes invisível situado na Linha de Registro da Paisagem Cultural Urbana demarcada pela UNESCO.



Figuras 14, 15, 16 e 17 –Morro do Palácio na ótica artística de um fotógrafo da favela.

Fonte: Josemias Moreira Filho.

CONCLUSÃO: PAPO NA SUBIDA: RAP DO TELTO

No poema de hip hop “MACquinho On”, o professor Elielton Rocha McTelto, ex-funcionário do MACquinho, expressa a real criatividade e inspiração artística do grupo advindo do projeto “Arte Ação Ambiental” do MAC-Niterói:

Qual foi? Sai de cima do Muro. Oi Futuro, diga oi pro seu Futuro!

1998 ideia genial, museu via de mão dupla Niemeyer social

Molecada permeando um novo espaço cultural,

Surgia MAC-Palácio, Arte Ação Ambiental

Arquiteto projetou um desenho especial e hoje somos Plataforma Urbana Digital

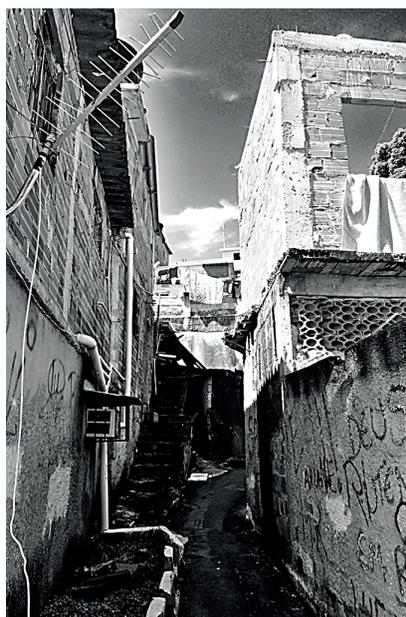
Trabalhando o bem comum em vários segmentos
Inclusão sociodigital visando o empoderamento
Favela vive e grita uma vez no mês, evento Macquinho On concedendo voz e vez.
Públicos no plural dão seu recado na sociedade
Tornando acesso acessível e sensível à acessibilidade
Pra sempre! Pois chegou a nossa hora Remix de ideais tudo junto ao
mesmo tempo agora

Um Niemeyer no morro é benção turística,
Bandas talentosas, oportunidades, residência artística
Som que abala além de quatro paredes, conexão efetiva e afetiva tecendo redes
Propiciar um espaço de convergências, tecnologia, linguagens e vivências
Fusão de suportes adaptáveis a fluência, digital e analógico na mesma
experiência

O mundo é polvo que te abraça com vários tentáculos
Abra a mente e as cortinas é hora do espetáculo
Original é o cria e tudo se copia, são inovações que vão da tecnologia
Melhorar a performance, aprimoramento em alto nível
Evidenciando o que outrora era quase invisível
Teclado, guitarra, bateria melhorando a qualidade
Voz, baixo, abraça o abraço necessário pra abraçar a cidade
Musicalizar, bora sonorizar, experimentar, novas formas de criar de compor e cantar
Festival de Bandas culminância de excelência, teoria musical, crescimento em
evidência

Buscar seu espaço no mercado, fazer inserção, pra muitos “ganha pão”
Interação, socialização, é hora de fazer história e a trilha sonora é
“Macquinho” On
“Macquinho” On
Onde quer você esteja, onde quer eu vá
voo mais alto arte me pra poder te encontrar
se pra te encantar em qualquer rima fina e imersa
Do físico por virtual e vice versa
Não há barreira entre a Arte e a Vida, entre nós e mundo, o futuro é ponto de partida
Confia em em mim, Oi futuro? E não será atoa
Vamos potencializar conexões que impulsionam pessoas”.

Em uma visita guiada (“Papo na Subida”) à favela onde nasceu e habita até hoje, Telto percorre becos, ruelas, praças, bares até chegar ao MACqunho com sua vista privilegiada da Baía da Guanabara e do MAC-Niterói (<https://youtu.be/NVhP-h8LvAc>). A pesquisa indaga, criticamente, por fim: Será, então, possível mesclar Oficinas da Palavra / Poesia e Oficina da Escultura / Fotografia através de Metaversos Sensíveis Participativos que nos aproximem da realidade intangível de uma favela do Grande Rio com sua violência cotidiana e sua riqueza vivencial? É o que almeja, certamente, a equipe técnica participativa e inclusiva deste projeto...





Figuras 18, 19 e 20 –MAC visto do MACquinho/Casas do Morro do Palácio.

Fonte: Josemias Moreira Filho.

REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Patrimônio Imaterial: Os debates, os critérios e o histórico de uma política cultural**. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Orientador: Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araújo. Leitores críticos: Fabio Adriano Hering e Antônio Gilberto Ramos Nogueira. Mariana, Minas Gerais, 2007. https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/163_maria_da_conceicao_damascena_arravolo_-_patrimonio_imaterial.pdf?m=1525724428. Acesso em: 5 mar. 2023.

_____. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **I Encontro Memorial do Instituto de Ciências humanas e Sociais**. Mariana, ICHS UFOP, 9-12 nov. 2004 http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62. Acesso em: 5 mar. 2023.

AZEVEDO, Jorge Baptista de. Paisagens Transculturais: Um Olhar para a Periferia Carioca em Tempos de Transconhecimento. **Geograficidade**, V. 8, Número 1, verão de 2018. ISSN 2238-0205. <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12994/pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio. *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 162.02, **Vitruvius**, nov. 2013. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>. Acesso em: 5 mar. 2023.

_____. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COSTA, Luciana de Castro Neves & SERRES, Juliane Conceição Primon. Memória, identidade e paisagem cultural: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro. São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, p. 158-178, janeiro-junho, 2016. **Patrimônio e Memória**, ISSN – 1808–1967. <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/475/879>. Acesso em: 5 mar. 2023.

CURY, I., & HOUYELA JAYO, J.A. As paisagens cariocas no âmbito dos tombamentos federais: propostas para seu ordenamento e gestão. **Anais do 5º colóquio ibero americano da paisagem cultural: patrimônio e projeto**. Belo Horizonte: PPG-ACPS (UFMG) e IEDS, IPHAN e ICOMOS Brasil, 2018.

_____. Monitoramento das Paisagens Cariocas. **Anais do 5º colóquio ibero-americano da paisagem cultural: patrimônio e projeto**. Belo Horizonte: PPG-ACPS (UFMG) e IEDS, IPHAN e ICOMOS Brasil, 2018. Obtido de: https://issuu.com/antoniohoyuelajayo3/docs/monitoramento_das_paisagens_cariocas_isabelle_cury. Acesso em: 5 mar. 2023.

_____. **Os morros no Rio de Janeiro: da proteção geomorfológica a proteção paisagística, integrando natureza e cultura**. Rio de Janeiro: IPHAN, projeto PRODOC4018, 2020. Obtido de: https://issuu.com/antoniohoyuelajayo3/docs/nota_tecnica_2_2021. Acesso em: 5 mar. 2023.

GUIMARAENS, Dinah. **Ecléticos e Museus Nacionais: Europa Recriada nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Riobooks, 2022.

_____. *et alii*. “Architecture of Emptiness in “Favelas”: Green Walls and Indigenous Graphism at MACquinho I Morro do Palácio, Brazil”. **Journal of Building Construction and Planning Research**, 2022, <https://www.scirp.org/journal/jbcpr>. ISSN Online: 2328-4897 ISSN Print: 2328-4889.

_____. *et alii*. “Architecture of Emptiness in “Favelas”: Green Walls and Indigenous Graphism at MACquinho I Morro do Palácio, Brazil”. **International Journal of Latest Research in Humanities and Social Science (IJLRHSS)**, Volume 05 - Issue 03, 2022, www.ijlrhss.com, 146-152.

_____. *et alii*. “Museus de Favelas: Museologia Social, Museografia Periférica e Diálogo Transcultural”. In: **Escola em Transe: Escola de Arquitetura e Urbanismo - UFF** [recurso eletrônico]: nº 4 - 2º semestre 2021 / organizadores: Fernanda Sánchez *et alii*- 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021, p. 88-92.

_____. *et alii*. “Laboratório de Paisaje Verde / UNESCO”. **Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**. ISSN 2675-7524 / v. 2, n. 5 (2021), p. 68-84.

_____. *et alii*. “Laboratório Verde da Paisagem/UNESCO”. **Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**. ISSN 2675-7524 / v. 2, n. 5 (2021), p. 68-84.

_____. (org.) **Estética Transcultural na Universidade Latino-Americana: Novas Práticas Contemporâneas**. Niterói: EdUFF, 2016.

HOYUELA JAYO, José Antonio (2021). Cristo Redentor y Cristo del Otero, el patrimonio cultural desde la perspectiva del paisaje / Cristo Redentor e Cristo do Outeiro, o patrimônio cultural desde a perspectiva da paisagem. Lote e quadra, cidade e território: espaços livres, redes ecológicas e direito à paisagem Parcela y manzana, ciudad y territorio: espacios libres, redes ecológicas y derecho al paisaje. **III Colóquio Lote e Quadra, Cidade e Território Niterói/21**. Escola de Arquitetura e Urbanismo – EAU. Universidade Federal Fluminense – UFF. Grupo de Pesquisas Paisagens Híbridas – EBA/UFRJ. Niterói, Rio de Janeiro, 26, 27 e 28 de maio de 2021.

MAHFUZ, Edson. Reflexões sobre a Construção da Forma Pertinente. **Projetar 2003**. I Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura. Natal de 01 a 10 de outubro, RN/BRASIL, PPGAU-UFRN. <http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/bitstream/handle/123456789/167/MR14.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14/03/2023.

MARTINS, Dalila; OLIVEIRA, Lúcia; AMARO, Ana Carla. Del codiseño a la construcción de un metaverso para la promoción del patrimonio cultural y el turismo: el caso de Amiais. **Procedia Informática**, v. 204, p. 261-266, 2022.

SHEN, Jinlu et al. **Resumen mundial y diferencias entre países en la investigación del metaverso: un análisis bibliométrico**. Sostenibilidad, v. 15, n. 4, p. 3541, 2023.

UNDERWOOD, David Kendrick. **Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil**. Tradução: Betina Bishof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. [http://toaz.info-oscar-niemeyer-e-o-modernismo-de-formas-livres-no-brasil-pr_2f5217b18ff2873c50d7cc102a172339%20\(1\).pdf](http://toaz.info-oscar-niemeyer-e-o-modernismo-de-formas-livres-no-brasil-pr_2f5217b18ff2873c50d7cc102a172339%20(1).pdf). Acesso em 14/03/2023.

VILA, Adolfo B. I. Digitalization of Cultural Heritage. In: Jorge Lopes Sergio Alex Azevedo Heron Werner Junior Antonio Brancaglioni Junior. (Org.). **Seen Unseen. 3D Visualization**. 1ed. Rio de Janeiro: RIO Books, 2019, v. 1, p. 86-87.

REFLEXÕES SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO-MUSICAL DO CORO INFANTOJUVENIL TONS E CORES

Data de aceite: 01/02/2024

Rogério de Brito Bergold

<http://lattes.cnpq.br/9302929964417281>

Simoni Antunes de Lima

<http://lattes.cnpq.br/8287361955851899>

Ronaldo da Silva

<http://lattes.cnpq.br/5022780329196437>

Carla Irene Roggenkamp

<http://lattes.cnpq.br/1901007203504639>

de contribuir com seus filhos para a aprendizagem e desenvolvimento musical, influência do gosto pela música e inclusão na prática musical. Parte significativa dessas famílias tem formação evangélica, o que pode acarretar restrições na escolha de repertório que esteja em desacordo com suas crenças.

PALAVRAS-CHAVE: Canto coral. Educação musical. Perfil socioeconômico.

RESUMO: O Coro Infantojuvenil Tons e Cores faz parte do projeto de extensão EDUCANTO: Educação Musical por meio do canto coral infantojuvenil. Esse artigo tem como objetivo conhecer o perfil socioeconômico-musical das famílias dos coristas, identificando características de pais que proporcionam a seus filhos a aprendizagem musical extraescolar. Entre os resultados, obtidos por meio da aplicação de questionário, destacou-se que a maioria dos respondentes possui entre 30 e 40 anos de idade, pertencentes à classe média, cuja escolaridade é de nível superior. Por considerarem a música parte integrante do desenvolvimento infantil, buscam no Tons e Cores uma maneira

REFLECTIONS ON THE SOCIOECONOMIC AND MUSICAL PROFILE OF THE CHILDREN'S CHOIR TONS E CORES

ABSTRACT: The Children's Choir Tons e Cores is part of the EDUCANTO extension project: Musical Education through children's choir singing. This article aims to know the socioeconomic-musical profile of the chorus singers' families, identifying characteristics of parents who provide their children with extra-school musical learning. Among the results obtained through the application of a questionnaire, it was highlighted that most respondents are between 30 and 40 years of age, belonging to the middle class, whose education is higher. As they consider music an integral part of child development,

they look to Tons e Cores as a way to contribute to their children's musical learning and development, influence the taste for music and inclusion in musical practice. A significant part of these families has an evangelical background, which can lead to restrictions in choosing a repertoire that is at odds with their beliefs.

KEYWORD: Choral singing. Musical Education. Socioeconomic profile.

INTRODUÇÃO

A música é um fenômeno social e o estudo do perfil nos conscientiza de quem as pessoas são, da onde vem, quais suas prioridades. Em contrapartida, as decisões dos educadores musicais devem ser pautadas pela ética, e não somente pela estética ou por “resultados ‘musicais’” (BOWMAN, 2007, p. 110). Mesmo questões de economia e política influenciam aqueles envolvidos no processo da educação musical. Souza (2004, p. 9) pergunta: “Quem são os alunos e alunas? Que músicas [...] esses alunos e alunas se identificam, configurando os espaços e meios socioculturais do mundo em que vivem?”

Através da compreensão do perfil discente do Curso Integrado em Instrumento Musical, de nível técnico, do Instituto Federal da Paraíba, Bezerra (2017, p. 319) concluiu que os alunos não caracterizavam “uma parcela de trabalhadores musicais condicionada a conciliar estudo e trabalho”, justamente a “parcela da população entendida como prioritário no acesso ao Curso Integrado”. Ou seja, a proposta do Curso visava atender os trabalhadores em música, porém o perfil discente indicou que os alunos ingressavam no Curso pelo fato de ser uma escola conceituada – Instituto Federal – e terem um melhor preparo no processo seletivo de ingresso ao IFPB. A proposta do autor da pesquisa seria no sentido de que se estabelecesse “mecanismos que contemplem os conhecimentos dos candidatos que possuem vínculo profissional” com a música, adequando a instituição ao seu papel político e social, de formação, prioritariamente, de trabalhadores.

Como exemplo de questão política, Haas (apud VENDRAMI, 2015, p. 78) identificou que “o conhecimento do perfil socioeconômico da clientela de uma instituição pública musical propicia a oportunidade de convencimento das autoridades sobre as ‘possibilidades de retorno social da instituição’”.

A contextualização sociocultural na educação musical envolve a discussão de diversos temas pertinentes à sociedade atual, como relações interculturais, questões de gênero, preconceito religioso e identidade cultural (FERREIRA FILHO, 2017, p. 11).

No ambiente coral diversas situações podem impactar o contexto da atividade: “se é religioso, se está vinculado a uma escola regular, se pertence a um projeto social, dentre outros. [...] A letra da música é apropriada para idade, contexto cultural do grupo e da plateia?” (ASSIS, 2020, p. 53). A escolha do repertório tem função imprescindível no âmbito coral: além dos parâmetros técnicos do coro, o perfil social do coro e de seus componentes também deve ser levado em consideração. Costa (2017, p. 51) exemplifica que coristas que tenham perfil evangélico têm restrições com o repertório que mencione nomes de santos (católicos) e termos do cancioneiro da cultura afro.

Após essas considerações entre perfil e contexto musical, o objetivo deste artigo é conhecer o perfil socioeconômico-musical das famílias dos integrantes do Coro Infantojuvenil Tons e Cores em 2018, ano de sua criação, e as possíveis correspondências entre o perfil e a atividade coral.

MÉTODO

O Tons e Cores faz parte do projeto de extensão EDUCANTO: Educação Musical por meio do canto coral infantojuvenil, do qual fazem parte professores, acadêmicos e egressos do curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Visa oportunizar às crianças da comunidade em geral a participação em atividades de canto coral. Para ingresso no coro, foram abertas inscrições para crianças e adolescentes da faixa etária dos seis aos quatorze anos. Após as inscrições, foram realizadas audições para a seleção dos candidatos e classificação vocal. O coro contou com quarenta participantes selecionados, sendo vinte e um classificados na primeira voz e dezenove na segunda.¹

Para se conhecer o perfil socioeconômico-musical das famílias dos cantores do Tons e Cores, foi elaborado um questionário que abordasse idade, escolaridade, renda familiar, religião, cultura musical, e origem étnica. As opções de resposta contemplavam opções objetivas e de múltipla escolha.

Os quarenta cantores(as) fazem parte de trinta e cinco famílias – havia famílias com mais de um(a) cantor(a). Dessas, trinta famílias (85%) se dispuseram a responder; seus nomes foram mantidos em sigilo, segundo autorização de compromisso ético assinada por todos. Cada família levou o questionário e respondeu em casa.

Algumas perguntas demandavam respostas unitárias relacionadas à família, enquanto outras exigiam respostas individuais de cada um dos pais; além disso outras respostas variaram em quantidade de respostas, como pode ser observado nas seis figuras a seguir. Quando se referiu à Idade – Figura 1 – foram aproximadamente duas respostas por família. Houve dois casos em que a família inseriu as idades de três membros – os dois responsáveis e mais um filho² – o que resultou no total de 62 respostas e não 60 (30 famílias). É o caso similar da Figura 2 – Escolaridade; a diferença no número de respostas (61 ao invés de 62 como na Figura anterior) se deveu ao não preenchimento da escolaridade do integrante inserido na pergunta sobre a idade. É relevante enfatizar que essa diferença nessas duas Figuras não atingiu 5% do total de prováveis respostas, o que não afetou estatisticamente a análise.

No caso da Figura 3 – Renda familiar – houve 30 respostas, em consonância com o total de questionários respondidos. Já na Figura 4, sobre a Religião, houve 34 respostas, revelando que nem sempre os dois respondentes pertenciam à mesma denominação

1 “Primeira voz” e “segunda voz” são termos usuais na especificidade do canto coral e dizem respeito, respectivamente, às vozes com características mais agudas e mais graves de um grupo vocal.

2 Indicando a possibilidade de um irmão(ã) mais velho atuar também como responsável, levando e trazendo o(a) corista.

religiosa; mas esse número revela uma grande concordância entre os dois responsáveis por família. A Figura 5, sobre a Preferência musical, teve 116 respostas; se pensarmos no número de 30 famílias, seriam quase 4 gêneros³ musicais distintos por família. Já a última Figura – Tocam instrumento – apresentou 42 instrumentos distintos em 30 famílias, revelando a média de mais de um instrumento musical diferente executado por família.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente procurou-se conhecer a origem étnica das famílias dos integrantes do coro: a ascendência italiana foi a mais frequente, a alemã em segundo, e a portuguesa em terceiro; as etnias espanhola, árabe, dinamarquesa e negra foram marcadas como outras opções. Observou-se que em relação à etnia, o perfil das famílias segue o padrão geral encontrado no sul do Brasil, com maior frequência de italianos, alemães e portugueses. O que chamou a atenção foi a não ocorrência de ucranianos e poloneses, etnias de presença marcante na região.

Na Figura 1 é apresentada a faixa etária dos responsáveis pelos integrantes do Tons e Cores. A maioria dos responsáveis está na faixa etária dos 30 anos (40%), aparecendo, em segundo lugar, os de 40 (37%), e em terceiro lugar, com percentual bem abaixo, aparecem empatadas as faixas etárias “até 29” e “50” (9,7% cada). Considerando-se que a idade dos coristas varia entre 6 e 14 anos, conclui-se que a idade da maioria dos responsáveis está situada na faixa etária acima de 30 e abaixo de 60 anos⁴ (77%). Depreende-se o fato dessa maioria ter optado por ter os filhos a partir dos 30 anos, pois somente 9,7% dos pais têm idade abaixo de 30 anos.

3 Samson (2001) identifica um gênero como um meio de ordenar, estabilizar e validar os materiais musicais, sejam eles melodia, ritmo, harmonia, instrumentação, emissão vocal, etc. Como exemplo na música popular, tem-se o samba, rock, tango, bolero, MPB, jovem guarda, axé, sertanejo e outros. Cada um desses possui características peculiares que os identificam e caracterizam.

4 Os dois pais que têm idade acima de 60, são na verdade avós responsáveis por uma das coristas. Esse dado é conhecido pelo maestro e pelos bolsistas através da convivência. Não foi perguntado no questionário a idade dos filhos de cada família dos respondentes. Os percentuais revelados por essa Figura apontam a tendência: se os pais que estão na faixa etária dos 30 (40%) são os responsáveis pelos coristas mais novos, existe semelhança estatística com os pais da faixa dos 40 (37%), que seriam os dos mais velhos.

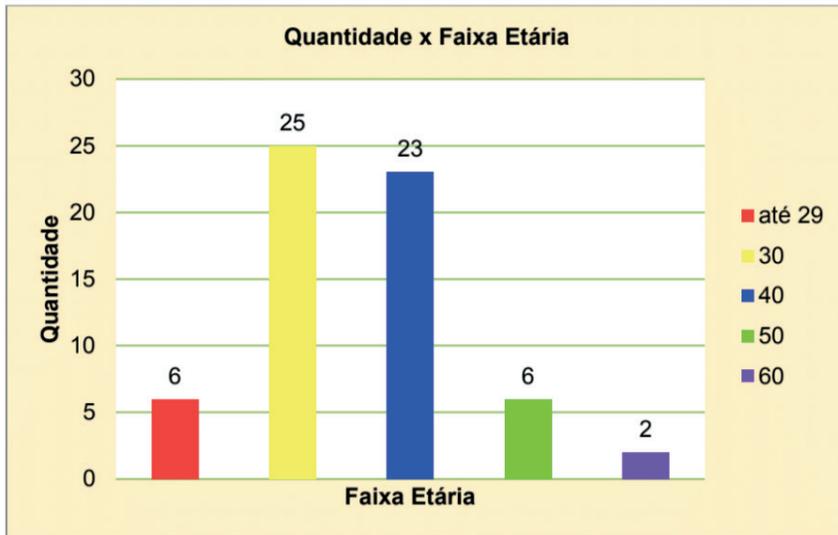


Figura 1: Idade dos responsáveis.

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

A Figura 2 representa o grau de escolaridade: o mais frequente é o Ensino Médio (29%). Porém, a soma dos que investem em formação acadêmica de nível superior – Cursando Superior (8%), Superior (26%), Pós-graduação (13%), Especialização (4%), Mestrado (8%) e Doutorado (3%) – resulta no índice de 62%.

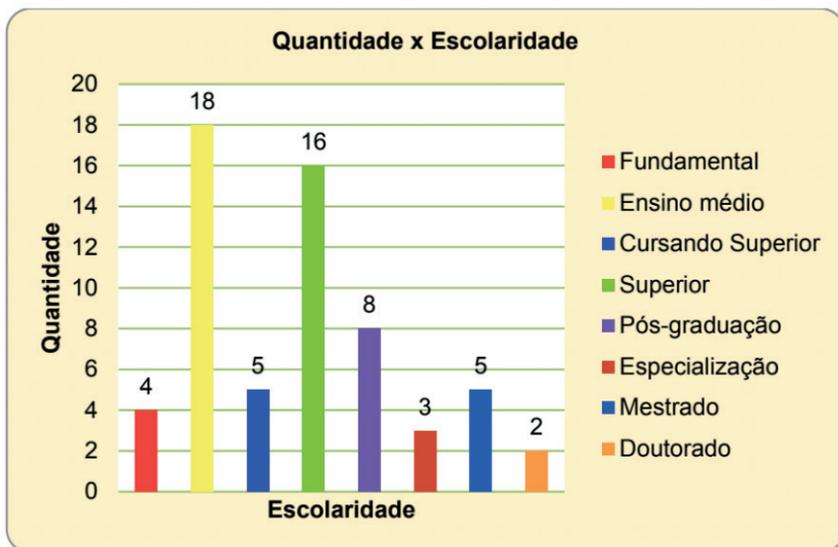


Figura 2: Escolaridade

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Comparando os dados das Figuras 1 e 2, pode-se correlacionar o grau de escolaridade com a opção de se ter os filhos após os 30 anos (77%), numa parcela da população que decide investir na educação superior (62%) antes de se programar a chegada dos filhos. O capítulo 5 da obra *Freakonomics*, de Leavitt e Dubner (2007), tem como título: “O que faz um pai ser perfeito?”. Os autores concluem que mais do que fazer, os pais influenciam os filhos pelo que são. Um dos oito fatores que estão fortemente relacionados com as notas escolares é: “A mãe da criança tinha 30 anos ou mais na ocasião do nascimento do primeiro filho”⁵, em que essa mulher provavelmente privilegiou os estudos antes de se programar para ter um filho (LEAVITT; DUBNER, 2007, p. 159-160). Esse comentário demonstra que, de modo geral, a maior escolaridade dos pais exerce influência significativamente positiva na vida acadêmica e cultural dos filhos.

A Figura 3 representa a renda familiar identificada pelas classes⁶ **A**, **B**, **C**, **D** e **E**.⁷ Verificou-se que a maioria das famílias pertence à classe **C** (56,7%), ficando em segundo lugar a classe **D** (20%); ocorre um empate entre **B** e **E** (10% cada) ficando **A** com 3%. Esses dados demonstram que a classe média é a que tem o maior interesse em participar do Tons e Cores.

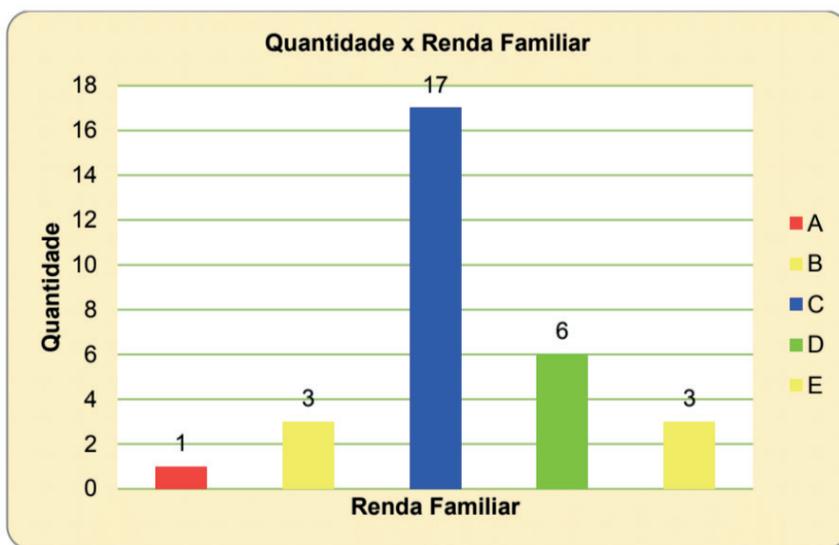


Figura 3: Renda Familiar

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

5 Esse foi o parâmetro utilizado pelos autores para medir a “perfeição” dos pais. Os outros sete fatores foram: A criança tem pais muito instruídos; Os pais das criança têm alto nível socioeconômico; A criança nasceu com baixo peso; Os pais das criança falam a língua nacional (inglês) em casa; A criança é adotada; Os pais da criança estão engajados na Associação de Pais e Mestres; A criança tem muitos livros em casa (LEAVITT; DUBNER, 2007, p. 158).

6 Vendrami (2015) emprega os termos “classe social” ou “faixa de renda”, enquanto Lucini (2018) utiliza “categoria”.

7 Os parâmetros utilizados para a elaboração da Figura 3 foram retirados do site <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>, (2014) e direcionados para o site de cálculo <http://calculoexato.com.br/result.aspx?codMenu=-FinanAtualizaIndiceJuros&cce=004> para obtenção dos valores, atualizados no ano de 2019, referente à renda familiar mensal: **Classe E** – até R\$ 1.700,00; **Classe D** – de R\$ 1.700,001 a R\$ 2.700,00; **Classe C** – de R\$ 2.700,01 a R\$ 11.300,00; **Classe B** – de R\$ 11.300,01 a R\$ 14.700,00; **Classe A** – acima de R\$ 14.700,01.

Esse perfil é similar ao observado também por Vendrami (2015) no Conservatório municipal, e no perfil de Domicílios urbanos (LUCINI, 2018), na mesma cidade, como observado na Tabela 1 a seguir. A classe/categoria de maior percentual é **C** e a de menor percentual é **A**. A maior diferença ocorre na Classe **B**, que é a mais numerosa tanto na coluna Domicílios urbanos quanto na Vendrami; porém na Tons e Cores a segunda classe mais significativa é a **D/E**. Essa diferença significativa pode ser explicada pelo fato de que a atividade no Conservatório envolve o estudo instrumental, que demanda um investimento financeiro maior; daí uma maior participação de integrantes com condição financeira mais elevada. Já o Tons e Cores abrange a prática vocal, que é mais acessível financeiramente.

CLASSE/CATEGORIA	DOMICÍLIOS URBANOS (%)	VENDRAMI (%)	TONS E CORES (%)
A	2,7	1,2	3,3
B	28,0	28,9	10,0
C	53,3	47,0	56,7
D/E	16,0	22,9	30,0

Tabela 1: Comparativo entre o perfil de renda das famílias do Tons e Cores, perfil dos Domicílios Urbanos e participantes do Conservatório municipal na cidade de Ponta Grossa

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

A Figura 4 apresenta o perfil religioso das famílias. Dos 30 respondentes que se consideram cristãos, 20 (66%) são evangélicos.⁸ O predomínio de crianças oriundas das tradições evangélicas remete à tradição musical dessas igrejas, nas quais a cultura coral tem papel importante. Como discutido na Introdução, um coral, cujos integrantes têm um perfil predominantemente evangélico pode ter restrições na escolha de repertório, como no caso de se escolher músicas relacionadas à devoção mariana (católica) ou à religião afro.

⁸ Além da opção “não frequenta”, havia também as opções Espírita e Umbanda, que não foram selecionadas.

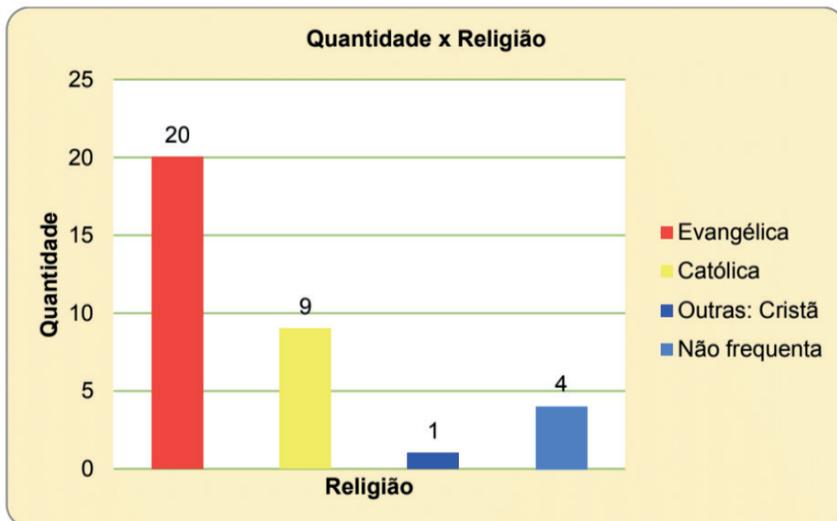


Figura 4: Religião

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Sobre o gosto musical perguntou-se qual o gênero musical de preferência (Figura 5). Todos responderam que escutam música em casa, havendo um total de 116 respostas, pois se poderia responder mais que um gênero. Em primeiro ficou o gênero Gospel (16,3%), em segundo o Pop (15,5%), em terceiro a MPB (12,9%), em quarto o Rock (12,0%), em quinto lugar a Música Clássica (11,2%), e empatados em sexto lugar a Bossa Nova e o Sertanejo Universitário (10,3%). Apesar da predominância do gênero Gospel, verificou-se que houve pouca diferença significativa entre os cinco mais citados, indicando que apesar da formação religiosa, no que se refere ao gosto musical as pessoas tenderam a ser mais ecléticas, escolhendo-se gêneros populares também. Vieira (2012) comenta sobre o papel da música popular sobre a Gospel; isso explica a predileção pelo Pop, MPB e Rock.

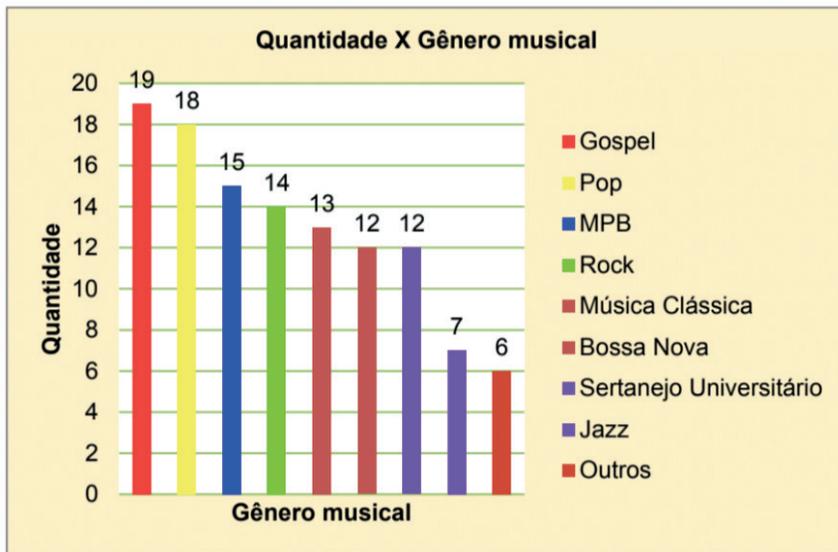


Figura 5: Preferência musical

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Dois terços dos participantes da pesquisa responderam que tocam instrumento. O violão aparece em primeiro (28%) – 12 das 42 menções a algum tipo de instrumento. Trata-se de um instrumento musical popular, de fácil transporte e, em geral, encontrado em uma faixa de preço condizente com as condições de consumo da classe média. Em segundo lugar agregamos o piano e o teclado (10 de 42 – 23%). Somando-se violão e os instrumentos de teclado, obtém-se mais de 50% dos instrumentos tocados pelos pais, indicando a escolha de instrumentos harmônicos, encontrados com frequência no ambiente musical evangélico, mas também preferido pelos que tocam música popular. Em terceiro lugar surgem instrumentos de diferentes famílias (percussão, sopro e cordas – bateria, flauta, violino, contrabaixo elétrico – 7% cada). Tanto a bateria quanto o contrabaixo elétrico fazem parte de grupos instrumentais, tanto de música evangélica quanto da música popular.

Corroborando essa prática musical coletiva, na pergunta “Ocorrem reuniões com música na família? Se sim, qual tipo?”, dois terços dos respondentes afirmaram “sim”, o mesmo percentual dos que tocam instrumento. Quase a metade destes responderam que a reunião está relacionada à prática musical religiosa – ensaio de louvor, hino e culto familiar; a outra metade identificou que a música estava presente em eventos como aniversário, Gospel, MPB, Rock, Orquestra dentre outros, mesclando reunião – aniversário – com gênero – Gospel, MPB, Rock. Sobre a prática musical coletiva não-familiar, perguntou-se sobre a participação em grupos musicais: 44% responderam Igreja, e 33% Universidade. Segundo as respostas, continua significativo a prática musical coletiva no ambiente religioso; porém apareceu a Universidade como meio relevante de atividade musical.

Uma das questões enfocou o motivo que levou o responsável a inscrever seu filho(a) no Tons e Cores, com as opções: Aprendizagem musical, Aprendizagem vocal, Socialização, Outro. Na opção “Outro” foi mencionado “Gosta de cantar em coral”, “Influenciar gosto musical” e “Inclusão na música”. A Aprendizagem musical ficou com 37,17%, a Aprendizagem vocal com 35,89%, Socialização com 23,07%, e cada um dos itens da opção “Outro” ficou com 1,28%.

Em síntese, os dados mostraram que a maioria dos responsáveis pelos cantores(as) do Tons e Cores possuem uma prática musical familiar desenvolvida, tanto no domínio de instrumentos musicais, quanto na performance, sendo que é significativo o fato da ligação dessa prática com a religião evangélica.

Socioeconomicamente falando, essas famílias se concentram no que se denominou de Classe/categoria média. Bourdieu (2007, p. 112) comenta que os mais ricos em “capital cultural” tendem a investir na educação dos filhos e nas práticas culturais próprias; já os mais ricos economicamente relegam os investimentos culturais e educativos em detrimento dos econômicos. No contexto da obra *A distinção*⁹, do sociólogo francês, criar um gosto natural é uma atividade que uma “autoridade pedagógica” – família, escola – pode desenvolver, através de uma “prática cultural assídua e prolongada” (SILVEIRA, 2015, p. 169). A educação escolar teria um papel preponderante de compreensão e transformação das práticas culturais “para que essas deixem de reproduzir as desigualdades sociais” (SILVEIRA, 2015, p. 112). Com a pouca oferta de oportunidade educacional escolar voltada à música no Brasil, tem sido uma prática os pais assumirem financeiramente esse investimento para seus filhos. Destaca-se o papel preponderante da prática musical em contexto religioso, que serve de estímulo ao fazer musical familiar.

A procura por uma atividade cultural para os filhos, como cantar em um coro infantojuvenil, revela o interesse dos pais em uma formação integral para as crianças. Vendrami (2015, p. 127) confirma que uma parte expressiva dos alunos de música do Conservatório provém de famílias pertencentes economicamente à classe média. Considera-se, portanto, uma importante distinção entre o capital econômico e o capital cultural no estabelecimento do perfil básico das famílias das crianças e adolescentes participantes do coro Tons e Cores. A partir das reflexões de Bourdieu (1989) é possível admitir que a assim chamada “classe média”, distanciada das reais possibilidades de acúmulo econômico, procura estabelecer a sua distinção acessando e valorizando a cultura erudita, clássica ou acadêmica.

9 Um levantamento feito pela *International Sociological Association* em 1997 considerou a obra *A distinção*, de Pierre Bourdieu (2007), como sexto lugar no ranking de obras de pesquisa em ciências sociais mais importantes do século XX. <https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/history-of-isa/books-of-the-xx-century>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer o perfil socioeconômico-musical dos integrantes do Coro Infantojuvenil Tons e Cores. Verificou-se que a idade da maioria dos pais (responsáveis) orbita entre 30 e 40 anos, predominando nesse grupo, a formação em ensino superior. Na faixa de renda familiar a maior concentração está na classe C, classe média.

Verificou-se que a maioria é evangélica e o gênero musical mais escutado é o gospel, apesar de haver um ecletismo auditivo, sem correlação com música religiosa. São famílias que têm conhecimento e vivência musicais, havendo práticas musicais familiares, como o culto familiar e também a participação em grupos musicais relacionados à igreja.

Este público tem interesse em instruir seus filhos na música, reconhecendo que a participação dos filhos no Tons e Cores é significativa como ambiente de prática musical, sendo a Universidade um importante vetor para essa realização, buscando também uma maneira de possibilitar às crianças uma aprendizagem musical e vocal, através da socialização da criança/adolescente, e assim influenciando o gosto pela música. Salienta-se que a formação evangélica da maioria dos participantes pressupõe a necessidade de certos cuidados na escolha de repertório.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Vivian. Reflexões sobre a escolha de repertório para coro infantojuvenil. In: ANDRADE, Débora; GABORIM-MOREIRA, Ana Lúcia (Org.). **Canto coral infantojuvenil: reflexões e ações**. São João del-Rei: Mosaico Produções Gráficas e Editora Ltda., 2020.

BEZERRA, Italan Carneiro. **Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Instrumento Musical do IFPB: reflexões a partir dos perfis discente e institucional**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOWMAN, W. (2007) "Who is the "We"? Rethinking Professionalism in Music Education". **Action, Criticism, and Theory for Music Education** 6/4: 109-131. http://act.maydaygroup.org/articles/Bowman6_4.pdf

COSTA, Patrícia Soares Santos. **Características do repertório para coro juvenil: verificação de especificidades**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2017.

FERREIRA FILHO, João Valter. Novas possibilidades para o estágio curricular em Música: um relato de experiências de contextualização sociocultural em cursos de extensão ministrados por estagiários da Licenciatura em Música da UFCG. XI CONFERÊNCIA REGIONAL LATINO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO MUSICAL DA ISME. **Anais...** Natal, agosto de 2017.

LEAVITT, Steven D.; DUBNER, Stephen J. **Freakonomics**: o lado oculto de tudo que nos afeta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LUCINI, Patricia. **Terra de riquezas**: desenvolvimento econômico: anuário socioeconômico dos Campos Gerais: Diário dos Campos; Prisma, 2018.

SAMSON, Jim. Genre. In: SADIE, Stanley (ed.). **The New Grove Dictionary of Music and Musicians**. New York: Oxford University Press, 2001.

SILVEIRA, Luís Gustavo Guadalupe. **Bourdieu e o papel de legitimação social do discurso filosófico sobre a autonomia da arte**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2015.

SOUZA, Jusamara. "Educação musical e práticas sociais". **Revista da ABEM**, Porto Alegre, número 10, mar. 2004 (p. 7-11).

VENDRAMI, Georgeana Lanzini. **Conservatório Maestro Paulino (1971-2014) no contexto da formação do campo cultural em Ponta Grossa**: possibilidades e limites de promoção da cultura musical como elemento de humanização. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2015.

VIEIRA, Carlos Eduardo da Silva. **O gosto pelo canto coral protestante no Brasil**: histórias e tensões em um campo musical. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. 2012.

UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA PARA O ENSINO DE PROJETO NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Data de submissão: 11/01/2024

Data de aceite: 01/02/2024

Fabiola Marialva Marques Gilio

Universidade São Judas Tadeu – PPG em
Arquitetura e Urbanismo
São Paulo, São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/7510973734274270>

Eneida de Almeida

Universidade São Judas Tadeu – PPG em
Arquitetura e Urbanismo
São Paulo, São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9886935709200350>

Renata Ferraz de Toledo

Universidade São Judas Tadeu – PPG em
Arquitetura e Urbanismo
São Paulo, São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9353356185041966>

RESUMO: Considerando a realidade do Ensino de Projeto nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e a curricularização da Extensão Universitária, este artigo busca contribuir para reflexão sobre como a aproximação da extensão universitária ao Ensino de projeto no curso de Arquitetura e Urbanismo pode colaborar para uma formação profissional reflexiva e colaborativa com conhecimentos e habilidades a partir de uma aproximação à problemáticas reais e concretas do território. Acredita-se que a análise realizada a

partir dos levantamentos da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU/SESu/MEC de 1995, a Resolução 7 de 2018 sobre a Extensão, a Pedagogia dos Oprimidos de Paulo Freire de 2005, o conceito de Interdisciplinaridade de Couto de 2014, as ponderações de Del Rio, de 2007, sobre modelos pedagógicos participativos, culminam numa proposta de ações extensionistas no Ensino de Projeto que atendem ao objetivo principal da educação que é uma formação integral, não permanecendo no campo somente da formação profissionalizante, mas também generalista e socialmente responsável, por meio de um conjunto de ações pedagógicas e profissionais que abordem conteúdos essenciais para a formação do arquiteto urbanismo, transformando-o em protagonista da sua Educação, construindo um conjunto de atividades formativas que o conduza a um processo de constante desenvolvimento pessoal, social e profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Projeto, Extensão, Arquitetura e Urbanismo, Educação, Ensino participativo

AN EXTENSIONIST PROPOSAL FOR TEACHING DESIGN PROJECT IN THE ARCHITECTURE AND URBANISM COURSE

ABSTRACT: Considering the reality of Project Teaching in Architecture and Urbanism Courses and the curricularization Extension in University, this article seeks to contribute to reflection on how university extension approaches to project teaching in the Architecture and Urbanism graduation can collaborate for reflective and collaborative professional training with knowledge and skills based on an approach to real and concrete problems in the territory. It is believed that the analysis carried out based on surveys by the Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU/SESu/MEC of 1995, Resolution 7 of 2018 on Extension, Paulo Freire's Pedagogy of the Oppressed of 2005, the Couto's concept of Interdisciplinarity from 2014, Del Rio's considerations from 2007 on participatory pedagogical models culminate in a proposal for extensionist actions in Project Teaching that meets the main objective of education, which is comprehensive training, not remaining in the field only of professional training, but also generalist and socially responsible, through a set of pedagogical and professional actions that address essential content for the training of urban planning architects, transforming them into protagonists of their Education, Building a set of training activities that lead to a process of constant personal, social and professional development.

KEYWORDS: Project Teaching, Extension, Architecture and Urban Planning, Education, Participatory Teaching

O ENSINO DE PROJETO NOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Este estudo teve origem a partir das atividades desenvolvidas junto ao Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUJAM) da Universidade Anhembi Morumbi na realização do Projeto Boulevard da Imigração para o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, durante o período de 2012 a 2015, em que a Extensão universitária e a prática de Projeto foi ponto de partida para a aquisição e integração de novos conhecimentos por meio de uma metodologia que centrava o desenvolvimento do conhecimento a partir do estudante promovendo o desenvolvimento de uma cultura de trabalho reflexivo, envolvendo todos os integrantes de uma equipe e a comunidade do entorno no processo de aprendizado.

Os estudantes envolvidos no projeto relataram que a experiência proporcionou sentido para o curso de Arquitetura e Urbanismo, alegando que o conhecimento adquirido foi gerado a partir da sua própria curiosidade, criando cenários de aprendizado ao desenvolver um trabalho interdisciplinar, estimulando-os a relacionar os saberes da formação profissional relacionando-os com a realidade local.

A partir dessa experiência, foram geradas inquietações sobre como a aproximação da extensão universitária ao Ensino de projeto nos cursos de Arquitetura e Urbanismo estimulariam nos estudantes a buscas por resolução de problemas reais em um processo coletivo de entendimento do entorno em que vivem, trazendo interesse para a compreensão, reflexão e ação colaborativa sobre uma problemática trabalhada, tornando o ensino e

aprendizagem mais próximo da realidade e do contexto em que está inserido, de forma mais participativa e dinâmico; e proporcionando uma formação profissional que vise uma gestão de recurso voltadas para o bem coletivo.

Por mais de 50 anos, o ensino de projeto nos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil vem sendo discutido, buscando avançar sobre as questões de formação do arquiteto urbanista e do ensino de projeto. A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) divulga cadernos temáticos, anualmente, contendo artigos e documentos apresentados e discutidos em conferências, a partir da contribuição de arquitetos, especialistas da área e professores de cursos; na tentativa de implantar uma política nacional de perfis e padrões de qualidade que garantam uma formação com qualidade frente aos desafios educacionais e sociais que o país e as demandas internacionais solicitam.

Esses estudos têm conduzido ações de entidades acadêmicas e profissionais que trabalham, diretamente, relacionadas ao Ministério da Educação (MEC) nos quesitos de avaliação da qualidade do ensino superior, elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), diretrizes de avaliação acadêmica no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e em conjunto com a Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU/SESu/MEC. Sendo que os principais temas levantados ao longo destes anos podem ser divididos, basicamente, em três categorias: estudos sobre a prática, estudos históricos-teóricos e estudos sobre as tecnologias.

Essa divisão é reflexo dos três atributos destacados por Vitruvius, no livro “Tratado da Arquitetura”, que tem sido referência para compreensão da Arquitetura, desde sua descoberta, de forma a definir que uma construção só terá qualidade se tiver presente as firmitas, utilitas e venustas. Essa trilogia foi reforçada pela Reforma de 62, em que se destacam as diretrizes de Vilanova Artigas, Carlos Milan e Lourival Gomes Machado, dentre outros, estabelecendo a organização estrutural do ensino de Arquitetura e Urbanismo baseado em três departamentos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP): Tecnologia da Arquitetura, Projetos e História da Arquitetura.

Para Vidotto e Monteiro (2015), a Reforma de 62 “foi resultado da ação de diversos agentes que, comprometidos com o reposicionamento e a consolidação da profissão, atuaram em prol de profundas mudanças no ensino de arquitetura” buscando uma aproximação do ensino à realidade profissional dentro de um contexto de novas demandas de trabalho, um novo quadro socioeconômico, e uma tentativa de formar arquitetos modernos para o país. A reforma apresenta uma proposta de “Currículo Mínimo de Arquitetura e Urbanismo”, evidenciando que o ensino de projeto deveria ser o grande articulador de todas as disciplinas “em uma estrutura que objetivava a unificação da formação e a atuação profissional do arquiteto e do urbanista.” (Vidotto e Monteiro, 2015, 22).

Assim, a principal questão curricular proposta na Reforma de 62 indica a introdução da disciplina e espaço de ateliê de projeto como essência do ensino de Arquitetura e Urbanismo, e como uma experiência acadêmica não disciplinar com uma determinada complexidade para desenvolvimento da competência socialmente útil de transformação do objeto de estudo e do espaço. Mesmo que expusesse as deficiências de integração dos conhecimentos fragmentados em currículos disciplinares do tipo conteudista.

Além da Reforma de 62, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que previa os Perfis da Área e os Padrões de Qualidade para expansão, reconhecimento e verificação periódica dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, subsidiou definições dos padrões de qualidade e requisitos estabelecidos para a abertura e funcionamento dos cursos, num processo de quatro tempos, discorrendo sobre reconhecimento dos cursos analisados, a autoavaliação para elaboração de padrões de qualidade, as avaliações internas revisitadas a partir dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC) e os currículos plenos e a avaliação externa periódica em conjunto com as diretrizes para o Trabalho final de graduação (TFG).

Os dados apresentados pela CEAU/SESU/MEC, no ano de 1995, evidenciava o crescimento de novos cursos de Arquitetura e Urbanismo; fez menção à importância do desempenho de alunos e professores em atividades de ensino, pesquisa e extensão, vinculadas a ações projetuais; apresentou informações sobre currículo, estrutura dos departamentos, desempenho estudantil, infraestrutura do ensino e especificidade de cada Curso por Instituição; apontou os problemas curriculares de conteúdos isolados associados a evasão e retenção acadêmica; discute o tempo de integralização do curso e a dissociação entre ensino de projeto e da arte de construir, e por fim, documenta, sem grandes detalhamentos, alguns assuntos relacionados a pesquisa, questões sobre o corpo docente, a pós-graduação e como a Extensão Universitária era uma possibilidade de o estudante resolver problemas do cotidiano.

À luz da análise das políticas e documentos, acredita-se que a tratativa superficial sobre o tema tenha relação com o fato da curricularização da Extensão¹ ocorrer somente a partir da aprovação da Resolução número 7 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024; sendo que o processo tem seu desenvolvimento afetado diretamente por dois pontos de atenção para implantação e implementação de ações extensionista, a institucionalização da Extensão e priorização da Extensão Universitária em programas e investimentos.

Em 2018, a Resolução número 7 institucionalizou, em todas as IES, a Extensão como parte integrante da matriz curricular e da organização de pesquisa do curso de

¹ Utilizando como referência os conceitos, diretrizes, princípios e desafios que a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), documento que rege as atividades extensionistas no Brasil, entende-se por Extensão o “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.”

graduação compondo, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil. Além dessa institucionalização de carga horária, a portaria estrutura a concepção e a prática da interação dialógica entre IES e comunidade, formação cidadã dos estudantes, a produção de mudanças institucionais e da sociedade a partir da construção e aplicação de conhecimentos, e a articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão. Estas ações visam um impacto na formação do Estudante, em Transformações Institucionais e nos setores afetados da coletividade

Atendendo a questão de implantação, no que tange a institucionalização, e dentro deste contexto do Ensino de Projeto nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e a curricularização da Extensão Universitária, este estudo busca contribuir para uma visão de como a aproximação da extensão universitária ao Ensino de projeto no curso de Arquitetura e Urbanismo pode colaborar para a formação profissional, reflexiva e colaborativa de conhecimentos e habilidades a partir de uma aproximação à problemáticas reais e concretas do território.

UMA LEITURA SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Utilizando como referência os conceitos, diretrizes, princípios e desafios que a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), documento que rege as atividades extensionistas no Brasil e que teve desdobramentos a partir dos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), entende-se a Extensão Universitária como um:

(...) processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987). (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012, p.8)

De acordo com o documento “os limites e possibilidades da Universidade afetam diretamente o desenvolvimento da Extensão Universitária”, isso porque, para além das questões que envolvem as diretrizes e as expectativas, algumas Instituições apresentam basicamente dois pontos de atenção para implantação e implementação de ações extensionista, a institucionalização da Extensão e priorização da Extensão Universitária em programas e investimentos.

Desde 18 de dezembro de 2018, estes pontos de atenção passaram a ser mais discutidos com a curricularização da Extensão a partir da aprovação da Resolução número 7(sete) que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.

Pode-se analisar, pela Concepção e Diretrizes da Portaria número 7(sete) de 2018, que as diretrizes pactuadas atendem às orientações buscadas pelo FORPROEX de ações extensionistas que transformem as Instituições em Universidades cidadãs, afastando-se de uma concepção tradicional vinculada ao pensamento positivista de que o saber especializado produzido no âmbito institucional está apartado do ambiente sociocultural, passando assim a priorizar uma perspectiva de discussão curricular crítico-emancipatória, em que se fortalece o questionamento e o diálogo, num processo dinâmico de interação do ambiente acadêmico com diferentes sujeitos, grupos e realidades sociais.

Este diálogo tem sido busca recorrente no âmbito educacional, sendo aqui analisado sob a perspectiva levantada pela Pedagogia dos Oprimidos de Paulo Freire, na qual apresenta um esforço totalizador de uma “práxis” humana como uma educação como prática da liberdade, tendo em vista o cotidiano regido por interesses de grupos, classes e nações dominantes onde os caminhos de libertação são os proporcionados pelos próprios oprimidos. E que segundo Santos Junior (2013), Paulo Freire advogou em prol de uma Educação como prática de libertação que favorece não só os oprimidos, mas também os opressores; propondo a reconstrução da autonomia dos que oprimem por meio de uma atuação crítica, dialógica de permanente construção e que crie possibilidades para a comunidade. Neste sentido, pode-se entender que a libertação do oprimido, liberta também o opressor que de certa forma se encontram na mesma realidade, potencializando a humanização da educação, como perspectiva de alteração de um quadro histórico de dominação, para uma conscientização, a partir da autorreflexão, que resulte na desalienação não apenas de oprimidos, mas também de opressores.

Para Freire (2005), o instrumental de leitura do mundo fundamenta a Educação para que signifique intervenções e interferências na sociedade, humanizando a realidade opressora, por intermédio de atitudes críticas transformadoras de oprimidos que saem do papel daqueles que não tem voz para atuarem como emissores, elaboradores, executores e restauradores da humanidade na relação oprimido e opressor e que, entretanto, não sigam reproduzindo o círculo vicioso de opressão.

Para que a relação oprimido e opressor busque superar a opressão é preciso abandonar o que Paulo Freire chamou de Educação Bancária, em que os que ensinam são donos de conhecimentos, valores, habilidades e competências sobre aqueles que aprendem. Para tanto, Freire (2005) indica dez itens que devem ser evitados numa busca pela emancipação, desenvolvimento de atividades críticas, criativas e humanizadas, devendo ser desconstruídas para novas ações em que os sujeitos presentes no processo de Ensino e Aprendizagem participem como agentes de um processo educativo, de caráter dialético, libertário e em parceria entre educador e educando mediatizados pelo mundo.

Segundo Santos Junior (2013), Freire considera a dialética como qualidade indispensável do ser humano em função do processo de construção e desconstrução, de afirmação e negação ininterruptos no qual o homem está imerso conformando ou assumindo uma realidade como imutável ou imbuído da esperança de humanização de todos. Este processo se inicia com a tomada de consciência e engajamento dos seres humanos na transformação, de modo que o processo de ressignificação educacional traga outros significados para a “co-laboração”, no sentido de trabalho compartilhado, na reinvenção ética da comunidade humana, na construção dialógica e crítica dos atores envolvidos e suas responsabilidades.

Diante deste contexto, as ações extensionistas universitárias deveriam buscar se aproximar desta proposta de educação libertadora em que os sujeitos das práticas não são resgatados, mas se autoconfiguram responsáveis de maneira consciente e reflexiva das conquistas de sua própria destinação histórica. Assim, as práticas extensionistas evitariam se enquadrar em formatos assistencialistas ou, meramente, de prestação de serviços, em que desconsideram o saber popular, experiências ou necessidades da coletividade; passando a ser entendidas como um projeto de educação empático, baseado em constantes diálogos críticos, criativos e colaborativos com as comunidades afetadas e respeito aos diferentes tipos de conhecimentos envolvido neste processo humanizado, em contínuas ações reflexivas de criação e recriação acadêmicas de métodos e “práticas de liberdade”.

Para desenvolvimento de “práticas de liberdade”, as ações extensionistas precisam seguir as Diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (2012) sendo consideradas um processo interdisciplinar que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Segundo Couto (2014), a Interdisciplinaridade é uma expressão carregada de distintas acepções e usada para designar diversas situações de inter-relações de duas ou mais disciplinas trabalhando como forma de cooperação e coordenação crescente entre disciplinas. Para a autora, enquanto a problemática das terminologias trabalha com a justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas ou a integração de conteúdos numa mesma disciplina, atingindo o nível de integração de métodos, teorias ou conhecimentos; a interdisciplinaridade trabalha a questão de reciprocidade, mutualidade, regime de copropriedade, possibilitando diálogos entre os interessados; até chegar à transdisciplinaridade que é nível mais alto das relações iniciadas no pluri, multi e inter.

O interesse pela distinção dos termos se dá pelo movimento que se apresenta nos pesquisadores em convergir os elos, parcerias e trabalhos conjuntos que se apresentam nas barreiras impostas pela disciplinaridade. Sendo assim, a interdisciplinaridade busca atitudes de reciprocidade, de diálogo com pares e consigo mesmo.

Sendo assim, compreende-se a importância das práticas de extensão como um processo interdisciplinar em que há reciprocidade no intercâmbio das ações extensionistas evitando a sobreposição ou imposição dos conhecimentos que serão desenvolvidos; como

na analogia relacionada à Pedagogia dos Oprimidos com a busca pela humanização dialógica, crítica e criativa com propostas de ressignificação da realidade opressora.

UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA PARA O ENSINO DE PROJETO NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

A prática de trazer problemas do mundo real para o meio acadêmico, permitindo a aproximação dos estudantes com a comunidade, tem se tornado popular nas escolas norte-americanas, segundo Dorgan (2008). Para a autora muitos programas estão sendo incluídos nos cursos como centros de aprendizagem de trabalhos em parceria com as comunidades desfavorecidas.

No Ensino de Arquitetura e Urbanismo dos Estados Unidos, Del Rio (2007) diz ser recorrente o modelo pedagógico participativo como uma proposta de “pesquisa-ação”, que tem o intuito de fomentar um ensino do projeto com maior enfoque em responsabilidade social, ética e participação comunitária, proporcionando ao estudante a condução de um processo projetual aberto à participação de diversas formas e contextos lidando diretamente com a comunidade.

Diferentes das pedagogias adotadas no Brasil de um ensino de projeto que simula a realidade ou problemas reais, numa tentativa de resposta a prática profissional, Del Rio (2007) descreve que para as instituições norte-americanas, “não há substituto para a experiência adquirida no ‘aprender fazendo’ do ateliê, nos quais é comum convidar representantes da realidade com que o aluno está lidando para palestras e avaliações dos trabalhos”. Para o autor, os dois modelos são suscetíveis a críticas, enquanto o ensino baseado em modelo participativo busca um aprendizado com ênfase na compreensão das necessidades e comportamentos dos usuários; o ensino baseado em simulação do “mundo real” foca mais em processos de inspirações artísticas com ênfase na criatividade livre e imaginação. Contudo enquanto o ensino baseado em modelo participativo, baseado nas condições do mercado de trabalho, tem como ponto de atenção a as limitações construtivas que podem limitar a capacidade criadora e o pleno desenvolvimento do estudante; tendo em vista que o ensino baseado em simulação do “mundo real” o ponto de atenção está na reprodução de modelos tipológicos e historicistas já que não se aproximam das necessidades reais dos usuários.

Para o autor, a Universidade deve garantir que as pedagogias possibilitem aos estudantes introduzirem as preocupações sociais nos processos projetuais, na formação ético-profissional e no desempenho de sua função social, podendo ser aplicado de três formas distintas:

1. Por meio de oferta de serviços comunitários pela universidade;
2. Por intermédio da pesquisa aplicada;
3. Pelas pedagogias adotadas em sala de aula

A primeira proposta pode ser entendida como a implantação do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, a segunda pela elaboração de grupos de pesquisas e a terceira como ações extensionistas adotadas em sala de aula aplicados ao Ensino de Projeto.

Diante deste contexto e implantação desta proposta, é preciso um estudo aprofundado sobre as seguintes questões:

1. O momento mais indicado, ao longo do percurso acadêmico, para implantar esta proposta, visto que exige um certo nível de maturidade acadêmica, conscientização e percepção das realidades para compreender a identificação de problemas;
2. O papel do professor para engajar os trabalhos profissionais e comunitários;
3. O tempo de integralização das ações em períodos letivos em detrimento a seus prazos, bem como o comprometimento acadêmico para o seu desenvolvimento.
4. O nível de aprofundamento nas investigações e detalhes do projeto, para que não ocorra conflitos entre exercícios acadêmicos e profissionais nas comunidades quebrando condições pré-estabelecidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
5. Critérios de avaliação dentro do sistema educacional brasileiro garantindo a legitimidade da formação por meio de projetos de engajamento social;
6. Adequação do ambiente educacional com suporte a proposta de ensino com infraestrutura e insumos a serem utilizados nesta prática pedagógica

Apesar dos questionamentos em aberto, acredita-se que esta proposta permitirá o desenvolvimento de um ensino focado no pensamento crítico, no ensinar a aprender, e na inserção do estudante ao contexto social, político e econômico possibilitando uma formação mais reflexiva e colaborativa, tratando o Ensino de projeto como foco para disseminação do conteúdo do curso, articulando os conteúdos advindos de outras matérias (teoria e tecnologia), à viabilidade de um método de trabalho que aproxime, tanto o ensino e a deficiência no entendimento da racionalidade construtiva, às reais necessidades da sociedade, favoreça a construção do conhecimento tal como ocorre na vida profissional, não incidindo na divisão de conteúdos de forma disciplinar no mercado de trabalho, enfatizando a importância da interdisciplinaridade do ensino de projeto por meio de problemáticas reais nos cursos de arquitetura e urbanismo.

Em suma, acredita-se que ações extensionistas no Ensino de projeto podem ser o facilitador do processo de ensino e aprendizagem por sua proposta conceitual e social que favorece a autonomia no desenvolvimento do projeto, na produção autoral por meio de uma aprendizagem significativa, contemplando novas ambientações e novas formas pedagógicas, garantindo um processo de formação integral do estudante inter-relacionando o universo acadêmico a realidade social possibilitando uma formação de profissionais mais reflexivos e colaborativos; de forma que o conteúdo a ser estudado tem origem do próprio processo projetual, que deixa de ser o objetivo do Ensino dando lugar para uma

aprendizagem mais autônomas na tomada de decisão, mais engajadas na concepção projetual, mais produtivas na discussão dos conhecimentos, e mais atuantes frente aos desafios contemporâneos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 466** de 12 de dezembro de 2012

BRASIL. **Resolução nº 510** de 7 de abril de 2016

CAU. **Manual do Arquiteto e Urbanista** / Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2ª ed. – Brasília: CAU/BR, 2016

COUTO, R. M. S. **Formas do Design: Por uma metodologia interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.

DEL RIO, Vicente. **Considerações sobre a universidade e o seu papel social: a participação de alunos em projetos urbanos reais. O caso da Cal Poly San Luis Obispo**. In DUARTE, Cristiane Rose et al. (orgs.). **O lugar do projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007, p.66-84.

DORGAN, Kathleen A. **“Principles of Engagement: (mis)Understanding the Community-Design Studio”**. *Cityscape: A Journal of Policy Development and Research*, vol. 10, 2008, p.9-220. (p.9-10)

DUARTE, Cristiane Rose, RHEINGANTZ, Paulo Afonso, AZEVEDO, Giselle, BRONSTEIN, Lais (Orgs.) **O lugar do Projeto: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Proarq/ Contracapa Livraria, 2007. COUTO, R. M. S. **Formas do Design: Por uma metodologia interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: [s. n.], 2012.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976

KOSTOF, Spiro (coord.). **El arquitecto: historia de una profesión**. Madrid: Cátedra, 1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Portaria nº 7. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024**. Brasília, 2018.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**/ Organização e apresentação Viviane Mosé. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2013. (p. 47 e 48)

SANTOS JR., R. N. **Aprendendo a Ensinar: uma introdução aos fundamentos filosóficos da Educação**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

VIDOTTO, Taiana Car; MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. **O discurso profissional e o ensino na formação do arquiteto e urbanista moderno em São Paulo: 1948 - 1962**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S.I.], v. 22, n. 38, p. 20-37, dec. 2015.

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA: Doutor (2019) e Mestre (2014) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Estadual de Goiás (2011), Artista Visual Universidade Federal de Goiás (2014) e especialista em Educação (AME) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2021). É pesquisador e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás. É vencedor do Prêmio Brasília 60 anos de Tese (2020), com a trabalho: O entre-Metrópoles Goiânia-Brasília: história e metropolização.

A

Abrigo institucional 1

Arquitetura 2, 3, 4, 8, 9, 24, 25, 26, 27, 36, 37, 40, 41, 42, 45, 46, 48, 53, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77

Arquitetura escolar 24, 27, 37

Arte digital 48

Atributos arquitetônicos 1, 2, 5

Avaliação 12, 13, 14, 16, 18, 23, 24, 28, 35, 69, 70, 75

B

Baía de Guanabara 38, 41, 42, 43, 47, 48, 49

C

Canto coral 55, 57, 65, 66

Cidade 10, 11, 15, 17, 18, 21, 22, 24, 26, 31, 35, 50, 53, 61

Complexidade 5, 7, 8, 70

Covid-19 24, 25, 26, 27, 34, 36, 37

Cultura das periferias sensíveis 39

Curricularização da extensão 78

E

Educação musical 55, 56, 57, 65, 66

EDUCANTO 55, 57

Ensino de projeto 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75

Estatuto da Cidade 10, 11, 15, 17, 18, 21, 22

Estatuto da Criança e do Adolescente 1, 2, 8

Estudo de impacto de vizinhança 10, 11, 12, 19, 21, 22, 23

Extensão 46, 55, 57, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 78

F

FNDE 29, 30, 32, 37

H

Humanização 1, 2, 3, 66, 72, 73, 74

I

IPHAN 40, 43, 53

L

Licenciamento urbanístico 10, 15

M

MAC-Niterói 39, 40, 42, 44, 45, 46, 49, 51

MACquinho 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53

Metaversos sensíveis 38, 42, 43, 48, 51

Museologia social 39, 53

O

Oscar Niemeyer 38, 39, 41, 42, 45, 49, 54

P

Paisagem cultural 38, 40, 41, 43, 44, 47, 49, 52, 53

Perfil socioeconômico 55, 56, 57, 65

Planejamento ambiental urbano 10

Plano diretor 11, 12, 15, 17, 18, 19, 23

Plano Nacional de Educação 70, 72, 76

Pós-ocupação 24

ProInfância 24, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37

Projeto 5, 12, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55, 56, 57, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76

Projeto-padrão 24, 28, 31, 32, 36

R

Rio de Janeiro 8, 40, 41, 48, 53, 54, 65, 66, 76

Roteiro metodológico de componentes de processo 15

S

São Carlos 10, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento 2, 3

Sustentabilidade 39, 44, 53

U

UNESCO 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 49, 53

ARQUITETURA E URBANISMO EM EVOLUÇÃO

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora
Ano 2024

ARQUITETURA E URBANISMO EM EVOLUÇÃO

TENDÊNCIAS E DESAFIOS

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br